



MESSIAS SILVA MARQUES

Os conflitos territoriais na região de Carajás na poesia de Charles Trocate

São Paulo - SP

2024

MESSIAS SILVA MARQUES

Os conflitos territoriais na região de Carajás na poesia de Charles Trocate

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Fernandes Villela

São Paulo - SP

2024

Marques, Messias Silva.

M357 Os conflitos territoriais na região de Carajás na poesia de Charles Trocate / Messias Silva Marques. – São Paulo, 2024.
96 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Fabio Fernandes Villela.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Conflitos de terra. 4. Desenvolvimento rural – Pará. 5. Política e literatura. 6. Trocate, Charles. I. Título.

CDD 301.35098113

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

As disputas e conflitos territoriais são constantes em territórios impactados pela mineração, existe um processo exacerbado de interesses do grande capital internacional em ocupar esses territórios, mas ao mesmo tempo um processo de resistência contínua para manter vivo o território de produção de vida desses camponeses as mais diversas formas de luta são manifestas neste processo, inclusive a arte como ferramenta de luta e de transformação social.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

Territorial disputes and conflicts are constant in territories impacted by mining, there is an exacerbated process of interests of big international capital in occupying these territories, but at the same time a process of continuous resistance to keep alive the territory of production of life of these peasants the most diverse forms of struggle are manifested in this process, including art as a tool of struggle and social transformation.


IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Las disputas y conflictos territoriales son constantes en los territorios impactados por la minería, existe un proceso exacerbado de intereses del gran capital internacional en ocupar estos territorios, pero al mismo tiempo un proceso de resistencia continua para mantener vivo el territorio de producción de vida de estos campesinos las más diversas formas de lucha se manifiestan en este proceso, incluyendo el arte como herramienta de lucha y transformación social.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MESSIAS SILVA MARQUES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 15 dias do mês de março do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MESSIAS SILVA MARQUES, intitulada **“Os conflitos territoriais na região de Carajás na poesia de Charles Trocate”**.. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. FABIO FERNANDES VILLELA (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Educação / Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Prof. Dr. MARCIO SCHEEL (Participação Virtual) do(a) Departamento de Estudos Linguísticos e Literários / UNESP/Câmpus de São José do Rio Preto, Profa. Dra. MARIA SUELY FERREIRA GOMES (Participação Virtual) do(a) . / Instituto Federal do Pará - IFPA. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. FABIO FERNANDES VILLELA

Documento assinado digitalmente
 **FABIO FERNANDES VILLELA**
Data: 17/04/2024 22:03:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Todos sabem que uma pesquisa é sempre um ato coletivo, mais ainda quando se trata de uma dissertação construída a partir de uma reflexão compartilhada e tecida por muitas mãos. Por isso, tenho tantas pessoas, tanta generosidade, tantos nomes a citar. Gostaria de iniciar agradecendo a Deus pelo dom de Esperançar, a minha mãe, Francisca, por ser minha inspiração e exemplo de persistência e fé, a minha esposa Débora e aos meus filhos, Emanuel, Társis e Ester, por compreenderem as minhas ausências para as viagens e estudo e me apoiarem incondicionalmente.

Agradeço também aos movimentos socioterritoriais pela luta histórica por democratização da terra e por direitos que sempre foram negados a classe trabalhadora, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST.

Aos meus amigos de conspiração pedagógica, Clívia, Eduardo, Robilene, Felipe, Naélia, Cici, Pollyane, Ana Emília, Maria Raimunda e Suely, nossos diálogos foram imprescindíveis para a construção deste trabalho.

Agradeço ao Fabio Villela, professor, orientador e amigo pelo qual tenho grande admiração e respeito, sempre esteve disponível e atento. Sempre paciente, soube esperar os momentos certos e propor quando o andar na dissertação assim necessitava.

Aos meus amigos da turma de Mestrado Neusa Paviato e principalmente o meu núcleo de trabalho que tinha como coordenador o grande Magno, o qual contribuiu de forma relevante para essa pesquisa, aos companheiros Alfredo, Antony, Sirley, Renata e Grazielle, minha eterna gratidão por nossos momentos de estudo, debate e reflexão.

Meu poema
O meu poema não se cala
É cotidiano...
É um punhal, é isso mesmo uma necessidade.
Intenso, antecipa e hora dirá...
É um estilo Sem esconderijo
O meu poema Decreta existência, aqui, ali.
Possui infâncias,
É uma flor, é isso mesmo uma morada;
Ignora a ordem O pressuposto
O veredicto da ignorância
O meu poema É de carne e inspiração
Tem corpo, pernas, mãos e bocas
É humano, é isso mesmo amor igual!
Estabelece a meta O que finda e a ciência...
O meu poema é intransigente
É um poeta que alerta a farsa e etc...
Possui desobediência, é isso mesmo um coração.
Não finge, não foge.
É de arribação Está aos vivos hoje, é justo de intenção.
(TROCATE, 2002, p. 54).

RESUMO

As disputas e conflitos territoriais são constantes em territórios impactados pela mineração, existe um processo exacerbado de interesses do grande capital internacional em ocupar esses territórios, mas ao mesmo tempo, um processo de resistência contínua para manter vivo o território de produção de vida desses camponeses, as mais diversas formas de luta são manifestas neste processo, inclusive a arte como ferramenta de luta e de transformação social. Neste sentido, a pesquisa proposta, busca compreender como a arte literária, em específico a poesia do Poeta Paraense Charles Trocate, tem revelado, as contradições, os conflitos territoriais de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato através da mineração na Região de Carajás em específico no Assentamento Palmares. Refletiremos como as lutas e resistências estão presentes nas obras literárias do autor, traçaremos um diálogo que possa revelar as contradições vividas por essa região pela ótica da arte literária. Como metodologia será utilizada revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos e categorias que se colocam no tema, além de trabalho de campo e pesquisa, por fim, será feita a sistematização dos dados e a produção crítica textual. A partir das categorias pesquisadas, geografia e arte literária se entrelaçarão para a construção desde trabalho.

Palavra Chaves: Literatura, mineração, conflitos territoriais.

ABSTRACT

Territorial disputes and conflicts are constant in territories impacted by mining, there is an exacerbated process of interests of big international capital in occupying these territories, but at the same time, a process of continuous resistance to keep alive the territory of production of life of these peasants, the most diverse forms of struggle are manifested in this process, including art as a tool of struggle and social transformation. In this sense, the proposed research seeks to understand how literary art, specifically the poetry of the Paraense poet Charles Trocate, has revealed the contradictions, the territorial conflicts of the territorialization of capital and the deterritorialization of the peasantry through mining in the Carajás region, specifically in the Palmares Settlement. We will reflect on how the struggles and resistances are present in the author's literary works, drawing up a dialog that can reveal the contradictions experienced by this region through the lens of literary art. The methodology used will be a bibliographical review of the main concepts and categories on the subject, as well as fieldwork and research, and finally, the data will be systematized and a critical text produced. Based on the categories researched, geography and literary art will be interwoven to construct this work.

Keywords: Literature, mining, territorial conflicts.

RESUMEN

Las disputas y conflictos territoriales son constantes en los territorios impactados por la minería, hay un proceso exacerbado de intereses del gran capital internacional en ocupar estos territorios, pero al mismo tiempo, un proceso de resistencia continua para mantener vivo el territorio de producción de vida de estos campesinos, las más diversas formas de lucha se manifiestan en este proceso, incluyendo el arte como herramienta de lucha y transformación social. En este sentido, la investigación propuesta busca comprender cómo el arte literario, específicamente la poesía del poeta paraense Charles Trocate, ha revelado las contradicciones, los conflictos territoriales de la territorialización del capital y la desterritorialización del campesinado a través de la minería en la región de Carajás, específicamente en el Asentamiento Palmares. Reflexionaremos sobre cómo las luchas y resistencias están presentes en las obras literarias del autor, trazando un diálogo que pueda revelar las contradicciones vividas por esta región a través de la lente del arte literario. La metodología utilizada será la revisión bibliográfica de los principales conceptos y categorías sobre el tema, así como el trabajo de campo e investigación y, finalmente, la sistematización de datos y producción textual crítica. A partir de las categorías investigadas, la geografía y el arte literario se entrelazarán para construir este trabajo.

Palabras clave: Literatura, minería, conflictos territoriales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01 - Poeta Charles Trocate.....	30
Foto 02 - Mina de ferro em Carajás.....	34
Foto 03 - Ocupação da ferrovia no assentamento Palmares 2007.....	47
Foto 04 - Precariedade da educação.....	54
Foto 05 - Agronegócio (Monocultivo de soja).....	57
Foto 06 - Exploração de minério.....	58
Mapa 01- Assassinatos no campo no Brasil (1985 -2019).....	60
Mapa 02- Fechamentos de Escola no Brasil (1995-2020).....	62
Foto 07 - Estrada de acesso ao assentamento Palmares e a mineradora Vale.....	69
Foto 08 - Estudantes do ensino médio na ocupação da Estrada.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEP	Coletivo de Orientação e Estágio de Pesquisa COEPE
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSS	Territórios Saudáveis e Sustentáveis
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Trajectoria do educando	12
1.2	Elementos introdutórios da pesquisa	21
2	O POETA CHARLES TROCATE E A REGIÃO DE CARAJÁS: impactos, disputas e resistencias	28
2.1	Territorialização da mineração e desterritorialização dos campesinos do Assentamento Palmares	37
3	EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS CAMPESINOS E OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO	50
3.1	Os impactos da mineração nas escolas do campo	55
4	A POESIA DE CHARLES TROCATE E A DIALÉTICA COMBATENTE.....	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

Aqui faremos uma breve contextualização sócio-histórica da trajetória do educando, seguida dos elementos introdutórios deste estudo expondo o objeto da pesquisa, justificativa, metodologia, procedimentos metodológicos e estrutura do trabalho descrevendo seus capítulos e resultados.

1.1 Trajetória do educando

Sou filho de assentado de Reforma Agrária e ao me deparar com a escrita desta dissertação pude fazer uma reflexão sobre minha vida e a luta percorrida até aqui, pois o fio que tece minha investigação está ligado intrinsecamente a minha própria história de vida.

Na década de 80 minha família veio para o Pará em busca de melhores condições de vida e de trabalho. No Maranhão meus pais sempre trabalharam de caseiros de fazendas, assim como seus pais também, nunca tinham possuído terra para trabalhar, nas fazendas moravam, trabalhavam e plantavam para sobreviver.

No ano de 1989 meu pai ouviu falar que no Pará a Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, estava recrutando homens para trabalho, então em busca de dias melhores decidiu vir para o Pará, logo conseguiu o emprego e buscou a família no Maranhão.

As promessas de dias melhores aos poucos foram se desfazendo, pois o trabalho subalternizado mal dava para o sustento da família, outro fator negativo era o fato de meus pais sempre terem vivido do trabalho no campo. O município de Parauapebas¹ nesse período vivia uma efervescência migratória de diversos lugares, principalmente, do Maranhão e egressos do garimpo de Serra Pelada² que tinha

¹ Parauapebas é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à mesorregião do Sudeste Paraense e sede da microrregião de Parauapebas. Localiza-se no norte brasileiro, distante 719 km da capital Belém. O município é conhecido por estar assentado na maior província mineral do planeta, a Serra dos Carajás com uma população de 213.576 (IBGE).

² “**Serra Pelada** foi o maior garimpo do Brasil cuja exploração se deu principalmente de 1980 a 1983. Localizado na Serra dos Carajás, no Pará, era um morro sem vegetação de 150 m². Atualmente, só resta uma cratera de 24 mil m², com 70 a 80 metros de profundidade, que as águas transformaram num lago poluído de mercúrio”. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=497071¬icia=criminosos-investiram-pelo-menos-r-12-mi-para-devastar-area-de-garimpo-do-tamanho-de-cidade&edicao=2> Acesso em: 20 jan. 2024.

decretado fim da lavra nesta mesma época e muitos foram atraídos pelo discurso do progresso que a implantação da Mina de Ferro da CVRD anunciava.

Em pouco tempo o município de Parauapebas se tornou um lugar de grandes desigualdades econômicas e sociais, diversos camponeses sem terra para trabalhar sendo explorados com mão de obra barata e outros tantos flagelados garimpeiros com sonhos interrompidos pelo fechamento recente do garimpo.

No ano de 1994 meus pais sonhando com dias melhores ingressaram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, perceberam que não conseguiram mudar muito a vida com a migração, meu pai trabalhava uma carga horária exaustiva de forma exploratória. Neste período, surge uma grande mobilização no campo por parte do MST, para ocupação da fazenda Rio Branco, meu pai não contou duas vezes e foi novamente em busca de um sonho, pois toda sua vida teve ligação com a terra.

Ficamos dois anos acampados alternando entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e o centro da cidade, até ocupar uma área de posse da CVRD, por nome de cinturão verde. Despejados dessa área, as mais de 2000 mil famílias acampadas ocuparam a fazenda Rio Branco, em 1996 o acampamento se tornou assentamento de Reforma Agrária e nossa família conseguiu o tão sonhado pedaço de chão. A conquista da terra não foi fácil, presenciamos um dos maiores massacres deste país, O massacre de Eldorado dos Carajás. Ainda no acampamento iniciei meu processo formativo na escola de pau a pique construída pelos trabalhadores, nesta escola estudei todo ensino fundamental. Era uma escola construída por muitas mãos que vivia a pedagogia do Movimento Sem Terra -MST, desde a sua construção física, ao debate pedagógico os assentados contribuía com as decisões e reflexões.

Com a conquista da Terra o MST construiu um dos maiores assentamentos do estado do Pará com 517 famílias assentadas. A primeira escola do assentamento teve seu nome constituído embaixo das mangueiras do Incra em Marabá-PA. A escola Crescendo na Prática é fruto da luta pela terra, foi a escola que deu início a formação das crianças, jovens e adultos desde o período de acampamento. Para mim essa escola é mais que uma escola, é na verdade uma mãe, que abraça os seus filhos tão carinhosamente, para ensiná-los o caminho do bem e a viver dignamente, uma escola que ensina além do ensino, uma escola que ensina para a vida, ou seja, onde

aprendemos a ser mais humanamente humanos. Uma escola construída por todos e para todos. Assim como nos ensina Paulo Freire:

"Escola é...
o lugar onde se faz amigos
não se trata só de prédios, salas, quadros,
programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente,
O coordenador é gente, o professor é gente,
o aluno é gente,
cada funcionário é gente.
E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega, amigo, irmão.
Nada de `ilha cercada de gente por todos os lados'.
Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir
que não tem amizade a ninguém
nada de ser como o tijolo que forma a parede,
indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se `amarrar nela'!
Ora, é lógico...
numa escola assim vai ser fácil
estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se,
ser feliz." Paulo Freire (1989)

Foi nesta escola que estudei da 4ª a 8ª série, tive ótimos professores que me ensinaram além dos conteúdos programáticos, me ensinaram a ver o mundo por uma ótica dialética, em que o ser humano deve lutar pela garantia dos direitos sociais, políticos e culturais, aprendi também que não pode existir humanização se os direitos dos seres humanos não são respeitados e cultivados dentro de uma visão

humanizadora. A escola Crescendo na Prática ensinou-me a lutar pelos meus direitos, a despertar a rebeldia de lutar por uma causa justa e humanitária.

Todos educadores que ministraram aulas nesse período eram militantes que forjavam seu processo formativo junto com a conquista da terra, nenhum deles tinha o ensino médio completo, mas trabalhavam de uma forma humanizadora apaixonante, dedicados ao fazer pedagógico, na construção de uma escola que nascia na luta pela terra e pela reforma agrária. Nas aulas aprendíamos as palavras de ordem, os hinos, a poesia, a história da luta de classe e o maior aprendizado era a construção coletiva.

Por vezes, no período de chuva, o vento levava parte da escola que era de palha e pau a pique. Não demorava, no outro dia, a aula era reconstruir o espaço escolar, assentados, professores e nós alunos alegres trabalhávamos nesta construção. Foi nesse movimento dialético que terminamos o ensino fundamental.

Ao concluir o ensino fundamental fomos todos estudar na cidade, pois no assentamento não tinha ensino médio. Logo percebi que os níveis de discussões dos alunos do assentamento estavam muito além no debate do que os alunos que fizeram o ensino fundamental na cidade. Acabávamos produzindo mais nas aulas de sociologia, debatíamos sobre política, na geografia tínhamos uma visão crítica sobre o tema Reforma Agrária, e nas aulas de português produzíamos textos com a visão mais crítica e reflexiva, trazendo as mazelas sociais como temas e possíveis intervenções apontando melhorias para sociedade. Foi então que passei a dar ainda mais importância a educação do Movimento Sem Terra. Enquanto estudante de ensino médio, sempre participei dos debates na sala de aula, dos encontros de jovens, formação de militância, encontros e debates para a construção de nossa comunidade. Após concluir o ensino médio a comunidade me indicou para trabalhar como educador na Escola Crescendo na Prática, neste período iniciei a minha contribuição na escola que forjou toda minha educação.

No ano de 2006, recebi o convite para participar do curso de letras ofertado pelo Programa Nacional de Educação Na reforma Agrária – PRONERA, fiquei muito contente, pois fazer um curso superior era um dos meus sonhos e da minha mãe também e não tínhamos grandes perspectivas para continuar a formação, pois no município não existia universidade e não tínhamos condições de pagar um curso superior fora da cidade.

A entrada na universidade foi um grande desafio, pois fomos um dos primeiros cursos do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária – PRONERA, adentrar a Universidade Federal do Pará-UFGPA, campus Marabá, enfrentamos preconceito e discriminação, pois até então aquela universidade em sua maioria era formada por filhos dos latifundiários e empresários Marabaenses. Em pouco tempo, com a contribuição de educadores daquela instituição que abraçaram a causa camponesa, fomos ocupando aquele território, com nossas músicas, místicas, noites culturais e recital de poesia. Nossa turma foi denominada de Patativa do Assaré, foi neste período que consegui fortalecer minha identidade enquanto ser Sem Terra.

Ocupar a universidade foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida, pois conheci um universo de coisas que até então nunca ouvira falar. Durante o curso de Letras, tivemos a oportunidade de termos excelentes educadores que contribuíram de forma muito significativa com a nossa formação.

Apreendi sobretudo, com as professoras de Literatura Ana Laura e Deane, da Universidade de Brasília, ver a vida dialeticamente, conhecer sempre os dois lados da história para poder fazer uma crítica construtiva sobre a realidade. Foi nesse período que a partir do olhar dialético comecei a ver as contradições que cercavam nosso assentamento e os conflitos envolvendo a mineradora Vale e os assentados. Iniciei o interesse pela escrita literária por já compreender que existem muitas lutas e a escrita também é um espaço de luta e de manifestação social, política e cultural.

A partir dos debates traçados na academia, com ênfase nos estudos literários, iniciei um ensaio de a partir da arte literária compreender os conflitos e contradições existentes na sociedade, entendendo a literatura como uma ferramenta de transformação e humanização das pessoas.

Neste período conhecemos a importância de Antônio Candido para a crítica literária, pois o mesmo, enfatiza a função da literatura como humanizadora, bem como reflete a literatura como um bem incondicional e inalienável da sociedade, nesta perspectiva a literatura como direito de todos.

Antônio Candido nos deixa uma grande lição pela luta democrática dos bens sociais e culturais produzido pela humanidade direito de todos, o acesso a esses bens imateriais.

Outros professores que marcaram a minha vida na universidade foram os professores João Wanderlei Geraldi e Corinta Geraldi, que nos deixaram uma lição

esplendida sobre o mundo, abriu-me a mente sobre as peculiaridades da humanidade, nos ensinou a buscar a razão das desigualdades deste mundo, foi muito além de professores de metodologia de ensino, foram mediadores de conhecimento. Estes educadores nos despertaram o desejo de melhoria do ensino público, suas aulas, foram de suma importância neste início de vida acadêmica, apontando sempre mudanças necessárias na sociedade e a construção de um mundo novo onde todos possam viver dignamente.

Continuando meu processo de formação na universidade, estudamos com o professor Valdir Barzotto, o mesmo trabalhou numa perspectiva inovadora, suas aulas foram inesquecíveis, foi ele que propôs a ideia de fazermos uma pesquisa sobre os espaços de leitura e escrita nos nossos Assentamentos e como tornar esses espaços importantes para o empoderamento da juventude do campo possibilitando a democratização do direito e acesso. A pesquisa foi maravilhosa, percebemos importantes espaços onde aconteciam a leitura e escrita direta ou indiretamente e pudemos contribuir e qualificar estes espaços. Após detectarmos os espaços onde aconteciam os importantes fenômenos de leitura e escrita, percebemos que nós como estudantes de letras, descobridores de um novo universo que era a universidade, poderíamos estar contribuindo com a potencialização desses espaços, foi daí então que construímos o “Projeto Conquistando Leitores”. Esse projeto hoje é uma ação concreta, contribuiu qualitativamente para a valorização dos espaços de leitura e escrita no Assentamento Palmares.

Quando elaboramos o projeto conquistando leitores não sabíamos que esse processo era uma pesquisa-ação, pois pesquisamos uma problemática e tentamos deslançar pontos importantes para a resolução desta problemática. Hoje posso entender melhor o universo da pesquisa, claro que esse entendimento não fluiu assim do nada, foram os constantes estudos, filmes e debates que tivemos na disciplina Prática de Ensino de Língua Materna II, ministrada pela professora Nilza Ribeiro.

A professora a Nilza Ribeiro, foi a coordenadora do nosso curso pelo PRONERA na Universidade. Além de coordenar, a mesma ministrou várias disciplinas em que pudemos compreender a pesquisa-ação como processo educativo e formativo com resultados para alterar de forma significativa a realidade em que vivemos, os debates traçados na academia com esta educadora foram importantíssimos para nossa formação enquanto educadores do campo e militantes do MST. A prendemos

que devemos ser educadores pesquisadores, a pesquisa deve ser nossa aliada no processo de descobrirmos os problemas e propormos mudanças. “A herança cultural não é optativa, não se pode rechaçar ou desconhecer, mas é a partir dela e nela que encontramos os problemas e propomos mudanças” (Najmanovich,2003, p.7, apud Cunha e Prado,2007, p. 15).

Essa citação deixa claro que a pesquisa é fundamental no processo de mudança, temos que ser professores pesquisadores no sentido de intervirmos na realidade propondo uma nova sociedade contra hegemônico.

As aulas da disciplina Prática de Ensino de Língua Materna II, nos fizeram refletir claramente que o professor mesmo não tendo a formação acadêmica é capaz de produzir conhecimento, pois na sua prática cotidiana ele constrói, reconstrói, pesquisa, observa, detecta problemas e os resolve, reflete sobre sua prática com objetivo de fortalecer sua formação, na perspectiva de superar as dificuldades de ensino aprendizagem dos educandos, ou seja, o professor reflexivo é um eterno pesquisador mesmo não tendo embasamento teórico em sua pesquisa.

Essa discussão me fez entender que o professor pesquisador da sala de aula, tem um espaço riquíssimo de produção de conhecimento, de construção, reconstrução e reflexão, que é sua própria sala de aula, esse saber é tão imprescindível como o produzido no espaço acadêmico.

Durante a graduação pude me encontrar com a Obra de Paulo Freire, tivemos o privilégio de lermos e discutirmos uma obra do homem considerado por mim e por muitos outros o maior educador do Brasil, Paulo Freire. A obra “A importância do ato de ler” traz a essência da existência da leitura, trata a mesma como um bem imprescindível da humanidade, mostra que a alfabetização é uma tarefa política, ou seja, um ato que deve ser criador e inovador. Freire faz uma excelente exploração da concepção de leitura de mundo e leitura da palavra

Segundo o grande educador Paulo Freire a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra, pois o ato de ler se veio dando na sua experiência existencial. Primeiro, a leitura do mundo de seu pequeno e jovem mundo em que se movia; depois, a leitura da palavra que nem sempre, ao longo da sua escolarização, foi a leitura da “palavra mundo”. Na verdade, aquele mundo especial se dava a ele como o mundo de sua atividade perspectiva, por isso, mesmo como o mundo de suas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto em cuja percepção

experimentava e, quando mais o fazia, mais aumentava a capacidade de perceber se encarnavam numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão ia aprendendo no seu trato com eles, na sua relação com seus irmãos mais velhos e com seus pais, ou seja, uma relação interacionista com o mundo e as pessoas, uma interação social que formava com as experiências cotidianas.

Além de Paulo Freire, tivemos outras importantes discussões sobre concepção de muitos autores que trouxeram presente a temática alfabetização e letramento. Um importante debate gerou-se através do vídeo que assistimos da Linguística Magda Soares, falando sobre alfabetização e letramento.

O que pude observar dessa questão é que o Analfabetismo é definido como o estado de quem não sabe ler e escrever; seu contrário, alfabetismo ou letramento, é o estado de quem sabe ler e escrever, intervindo socialmente no mundo letrado, ou seja: letramento é o estado em que vive o ser social que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive, o mesmo sabe lê jornais, revistas, livros; suas contas de água, luz, telefone, impostos de sua casa, sabe escrever cartas, bilhetes, e-mail sem dificuldade, sabe preencher um formulário, sabe redigir um ofício, um requerimento, um memorando é capaz de organicamente sistematizar uma ideia. Outro fator importante sobre esses aspectos é que o processo de escolarização do indivíduo é, fundamentalmente, um processo de letramento, pois alfabetização e letramento precisam andar juntos. Gostaria também de ressaltar que Paulo Freire quando usou o termo alfabetização, o mesmo pensou a alfabetização como um todo, o processo pelo qual o indivíduo se forja como cidadão, pensou mais que um método de alfabetização, criou de uma forma extraordinária a alfabetização interacionista, como forma de democratização da cultura, do saber e dos valores de uma sociedade justa e igualitária.

Neste mesmo período, tivemos também o privilégio de discutirmos o texto de “Edith Chacon Theodoro”, em que acontece uma interessante abordagem e experiência de projetos de leitura. Aprendi com as leituras deste texto, que todo educador precisa ser pesquisador, pois são as inquietações e nossas dúvidas que fazem gerar em nós ideias criadoras, como pudemos ver neste texto, a desafio e persistência de uma educadora em acreditar que o gosto da leitura poderia ser despertado nos educandos. O texto de Theodoro, nos mostrou que não é impossível criamos um bom projeto de leitura para nossa comunidade, basta nos esforçarmos e

termos vontade de trabalhar na perspectiva da mudança do ser humano.

Os educadores, os textos, as teorias, as participações nos encontros de educativos e formação do Movimento Sem Terra nos ajudaram quantitativa e qualitativamente fazermos reflexões e debates em torno das pesquisas, melhorando nossa prática educativa no Assentamento, principalmente se tratando da leitura e escrita que é algo que sempre foi negado para classe trabalhadora e é essencial aos seres humanos.

O trabalho de conclusão de curso da graduação discorreu sobre o discurso sobre o MST materializado na imprensa e nos setores dominantes da sociedade numa perspectiva agressiva de deslegitimar a luta pela terra, além de criminalizar e "satanizar" a organização dos trabalhadores Sem Terra. O processo de democratização da terra e do conhecimento em geral, possibilitou o discurso da elite contra o MST bem articulado, pois os poderosos, além do poder econômico nas mãos, possuem, sobretudo, os meios de comunicação. E são através desses meios de comunicação que o MST, tem sofrido fortes críticas, ou seja, o mesmo está sendo criminalizado através dos discursos dos opressores. Em contra partida, esse movimento também possui uma forte capacidade de argumentação discursiva, no que tange a capacidade formativa dos indivíduos, possuem também seus meios de comunicação no sentido de divulgar sua ideologia socialista e sabe de forma estratégica articular as lutas por justiça social.

Nosso trabalho nos levou a entender melhor como acontece o processo formativo através do discurso ideológico da luta do MST, e os enfrentamentos contra o discurso externo da classe dominante existente sobre a organização dos trabalhadores Sem Terra, o trabalho foi de suma importância para compreender até que ponto, os embates entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST e o discurso externo perpassam na sociedade, que opiniões são levantadas pela sociedade em geral entre os dois discursos, e qual predomina no sentido qualitativo e quantitativo.

Após cursar Letras pelo PRONERA, o movimento dos Trabalhadores Rurais nos possibilitou entrar na Universidade de Brasília-UNB, cursei a Especialização em Linguagens das Escolas do Campo, uma parceria do MST, Escola Florestan Fernandes e UNB. Uma experiência rica, um encontro de diversos educadores do campo aperfeiçoando os aprendizados em língua portuguesa, arte, música e literatura.

O Curso foi muito importante para a compreensão das diversas linguagens que perpassam nas escolas do Campo, como essas linguagens se entrelaçam para a formação do sujeito do campo, a música, a dança, a literatura, a poesia, mística, as artes plásticas, a língua e sua diversidade. Foi nesta importante fase da minha formação que aprofundei meus estudos sobre a função da literatura e aguicei meu interesse por arte engajada com o social.

1.2 Elementos introdutórios da pesquisa

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo apresentar resultados pesquisa intitulada **“Os conflitos territoriais na região de Carajás na poesia de Charles Trocate”**. Pretende-se com este trabalho analisar as imagens que são construídas da Região de Carajás na Amazônia Paraense, através de escritos literários, em específico a poesia do poeta Paraense Charles Trocate. Refletiremos aqui, como os conflitos de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato através da mineração estão presentes nas obras literárias do autor, traçaremos um diálogo que possa revelar as contradições vividas por essa região. Pela ótica da arte literária, observaremos como o fazer artístico, a linguagem, o estilo de escrita e o papel da dialética na obra engajada com o social são capazes de revelar as contradições do território apontando saídas contra hegemônicas.

Portanto, o debate sobre geografia e literatura apresentado nesse trabalho possui uma perspectiva crítica, contra hegemônica, fundada em autores como Caldart (2009, 2012), Paulo Freire, que refletem sobre Educação, Bernardo Mançano (2005, 2008, 2012), e Milton Santos (2006), sobre o espaço geográfico e território, Antônio Candido (1995) que reflete sobre literatura, e o teórico György Lukács trazendo a arte e o engajamento social, bem como outros referenciais da geografia, da arte literária e da pedagogia socialista, entre outros.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos, onde no primeiro capítulo, “O poeta Charles Trocate e a região de Carajás: impactos, disputas e resistências” Apresentaremos o poeta Charles Trocate e sua arte como resistência contra hegemônica no território denominado Carajás e o Assentamento Palmares, fazendo uma reflexão do território e os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais causados pela mineração aos camponeses que vivem neste território.

No segundo capítulo, “Educação em territórios camponeses e os impactos da mineração” neste capítulo, aprofundaremos no problema da pesquisa buscando compreender os impactos da mineração nesta região, adentrando na educação como território em disputa pelo grande capital da mineração.

No terceiro e último capítulo, “A poesia de Charles Trocate e a dialética combatente” buscaremos compreender o processo de arte e o engajamento social que a mesma possui na perspectiva da denúncia, da resistência e do combate a reificação, nesta perspectiva, analisaremos a poesia do Poeta Charles Trocate sobre a ótica da análise literária e geográfica.

Para a realização deste trabalho partimos do levantamento bibliográfico das produções do Poeta Regional Charles Trocate que relatam através da arte literária a relação dos camponeses que vivem nessa região com o processo de exploração mineral, pesquisa documental e análise literária dos escritos, bem como uma leitura dialética desses materiais coletados e por fim, sistematização da pesquisa. Neste trabalho, teoria literária se entrelaçam com categorias geográficas.

A ideia da realização do presente trabalho está vinculada a continuidade de uma reflexão iniciada ainda na graduação³, acerca das as imagens construídas da Amazônia através de produções literárias nacionais. A nossa inquietação surgiu a partir do debates traçados na academia e das leituras de algumas obras em especial os relatos do cronistas viajantes do século XIX que descrevem a Amazônia numa tentativa de exaltar a região, muitos dos textos escritos são entendidos como uma literatura Amazônica engajada, tem a necessidade de mostrar a Amazônia numa perspectiva natural, elevar esse região a um grande potencial, mostrar imensas florestas, rios inesgotáveis e uma natureza viva e bela, no entanto, as obras não revelam as contradições, políticas econômicas e sociais vividas nessa região.

Ao fazer isso os escritos acabam não mostrando a verdadeira Amazônia, ao se esforçar em revelar a região numa perspectiva hiperbólica, não consegue o fazer, pois o fazer literário não pode ser resumido a descrição, narração ou dissertação de um assunto. O fazer literário é uma arte, que mostra o que está oculto e só é revelado através das palavras, das letras, ou seja, através das leituras das entrelinhas, do implícito e do não dito, para fazer isso o leitor precisa ter uma visão dialética, ver além

³ Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Pará em Parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA e MST.

do olhar, alcançar o imperceptível. Por isso, os escritos que necessitam exaltar a Amazônia não conseguem serem eternizados, pois não passam de relatos, ou fatos de exaltação da natureza. Sabemos que a Amazônia é muito mais que florestas, riquezas naturais, rios inesgotáveis, a Amazônia é gente, tem povo, tem contradições, tem conflitos agrários, exploração mineral, sobretudo, tem história.

Ainda na especialização iniciamos um debate sobre a arte engajada com o social, apontando as mazelas da região amazônica. Esta pesquisa me permitiu compreender o território amazônico e suas contradições, pois o objetivo da pesquisa foi analisar as imagens que foram construídas da Amazônia através de escritos literários nacionais em especial a obra de Marcio Souza “Galvez o Imperador do Acre, por se colocar nesse cenário de produção artística como um escritor amazônico e uma obra que traz muito elemento. Nestes estudos, aguçamos nossa inquietação sobre a relação do local e universal na obra literária e como as contradições aparecem no fazer artístico, qual o diferencial de sua obra dos demais escritores amazônicos, discutimos o estilo da obra e onde essa obra pode ser posta diante de um sistema literário brasileiro. Ao fazer isso também relacionamos o conceito de obra engajada e trabalho estético, como o local e o universal se aproximam e se distanciam na obra e o papel da dialética no fazer Artístico Literário.

A narrativa literária que pesquisamos, discorre sobre a controvertida passagem do espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arie pelas terras amazônicas do norte do Brasil, sua meteórica ascensão ao posto de autoridade máxima do efêmero império do Acre independente e sua posterior deposição por parte das tropas bolivianas.

O texto se apresenta, desde suas epígrafes, intensamente marcado pela presença de elementos estilísticos de cunho cômico: o riso mais escancarado, a atmosfera carnalizada que por vezes envolve as ações, a mordaz ironia e outros índices humorísticos. O constante deslocamento temporal repentino, para frente ou para trás, durante o processo de narração é marca saliente neste romance de Márcio Souza.

A ocupação do Acre efetuada pelos brasileiros de outra região do país – do Nordeste. Além disso, cita as tribos ocupantes da região acreana que lá habitavam antes da ocupação dos nordestinos e uma versão sobre a origem do nome do território acreano.

Estudar essa obra foi importante para compreender a função da antítese na

literatura, pois a marca da antítese na obra “Galvez Imperador do Acre” aparece na construção da própria linguagem do personagem “Galvez”, de uma forma cômica e irônica, constrói seu discurso narrativo mostrando as contradições sociais da Amazônia. A figura do seringueiro é uma fonte viva dessas contradições. O comércio da borracha por sua vez, é mostrado na obra como uma forma de enriquecimento e de disputas políticas, econômicas e sociais. “Desde alguns anos o comércio da borracha havia demonstrado uma tendência para o enriquecimento fácil e Amazônia se transformara num parque de lutas ideal” (Souza, 2001, p.16).

A narrativa de Márcio Sousa, rompe e destoa do pensamento romântico e poético que se tem da Amazônia. Acontece uma desmitificação das ideias dos cronistas viajantes que descreveram uma Amazônia natural. A figura do seringueiro é primordial para entendermos o processo de exploração na Amazônia, esse personagem traz consigo as duras marcas desse trabalho. “Era um tipo enrugado e velho prematuro talvez pelos rigores da seringa” (Souza, 2001, p.21), a construção da imagem do seringueiro é constante na narrativa “um outro, pele escura e lábios curvos com uma cicatriz na cara, derramava vinho nos peitões leitosos da companheira”.

O seringueiro é a prova das contradições, pois enquanto os “operários das florestas” trabalhavam mata a dentro, os senhores da borracha luxavam e curtiam à custa do suor desses trabalhadores, “A luz de Belém não foi feita para os olhos dos boêmios”. O sistema de aviação era a forma de manter esses homens endividados e presos a esse trabalho. “E por aqui só se ganha dinheiro na seringa. “Eu queria te ver dando golpes no tronco de uma seringueira. Se endividando no barracão central. Uma figura clássica da sociologia amazônica” (Souza, 2001, p.49). O barracão central na obra de Souza é o espaço em que abastecem os seringueiros de aviamentos “fumo, ferramentas, alimentação e etc.” e principalmente mulheres. A borracha naquele período era um tesouro, atraía olhares estrangeiros, devido ao enriquecimento que ela causava, não para os trabalhadores, mas para os burgueses da borracha. O personagem Trucu, na obra de Souza, pode ser uma das representações desse explorador, podemos perceber isso na narrativa “Truco estava decidido a me fazer entender o motivo de sua raiva. Dizia ao meu ouvido que a Bolívia também precisava de um pouquinho daquela sacanagem que só o dinheiro da borracha podia dar” (Souza, 2001, p.49).

O extrativismo da borracha representava riqueza, por isso a disputa por

território. Eram muitas as formas de ganhar dinheiro com o látex, desde o sistema de aviamentos até o de prostituição, que na verdade, era o mesmo sistema de avião. Dessa forma, enquanto os seringueiros extraíam o látex e vendiam a preço mínimo, uma burguesia se beneficiava. A obra de Márcio Souza, mostra muito mais que a exploração da seringa, mostra as condições em que se dava esse processo extrativista, muitas doenças eram proliferadas, inclusive, venéreas. “Sobre a parede, um cartaz: cura milagrosa do impaludismo, insônia, amarelão, neurastenia, suores, tremores, coceiras, doenças venéreas” (Souza, 2001, p.133), doenças essas que lavavam muitos a morte. Toda essa lástima serviu de enriquecimento para muitos.

Enquanto isso, os seringueiros viviam de certa forma prisioneiros, oprimidos pelo trabalho e pelas doenças constantes, viviam de forma sub-humana, com precárias condições de trabalho. Tanto na cidade de Belém quanto no Acre a exploração do látex se dava da mesma forma. Ou seja, era uma condição vivida pelos amazônidas extrativistas do látex.

A grandiosidade da floresta, dos rios, das riquezas da Amazônia na visão e algumas narrativas apagam a figura do homem, no entanto, nesta obra, o homem aparece como protagonista principal de um processo explorador genocida. “Em nova Jerusalém”, seringal de propriedade de Felismino Meira, cinco homens tinham sido amarrados no tronco e torturados até a morte. Motivo: tentativa de fuga e dívida alta no barracão central” (Souza, 2001, p.122). A obra por ser literária, e talvez seja essa uma das funções da literatura mais significantes, mostra as contradições sociais. Traz a figura do seringueiro como a antítese da obra, a obra de Marcio Souza “Galvez Imperador do Acre” desmistifica a ideia de uma Amazônia harmônica e homogênea e desvenda as contradições, a antítese, vemos aqui as contradições, de uma Amazônia também periférica, onde existem diversidades: ribeirinhos, exploradores, extrativistas do látex, burgueses e estrangeiros se entrelaçam na narrativa mostrando a heterogeneidade. Marcio Souza através do seu personagem “Galvez” acaba tecendo uma forte crítica os senhores do látex e a todo processo de exploração da borracha, “Eu já me acostumara ao gosto pelo supérfluo que os senhores do látex cultivam e aprendera a viver na monotonia (Souza, 2001, p.124).

A obra de Souza por sua vez tem o papel de mostrar os dois lados da “narrativa amazônica”, uma versão que desconstrói a existência de um “éden” natural, capaz de suportar todas as intervenções humanas e recuperar-se pela própria função na

natureza. O heroísmo de Galvez é irônico e cômico ao mesmo tempo, capaz de mostrar uma Amazônia europeia e uma outra periférica. Ou seja, a Amazônia que vemos na obra não substitui a figura do homem pela natureza, mas é o pivô dos conflitos e contradições.

O romance de Márcio Souza, *Galvez, imperador do Acre*, pode ser considerado uma obra que inaugura um novo momento no que se refere a narrativa brasileira. Possui uma estética fragmentária, em que as cenas não possuem uma continuidade, a obra é construída numa linguagem telegráfica em que partes nos remetem a cenas um filme estabelecendo dessa forma uma relação com a tradição de produções em folhetim consagrada no país na metade do século XIX. Podemos ver também a negação implícita sem afirmação explícita da ideologia, a obra de Márcio Souza traz uma abordagem histórica e social, não necessariamente mostrando um posicionamento político, muitas vezes através da sátira denunciando as contradições sociais.

Ou seja, a obra mesmo não tendo uma intenção de mostrar a realidade, a barbárie por exemplo, acaba mostrando pois é da sua própria natureza mostrar as contradições existentes, o seringueiro, é o personagem que ferir, denuncia, mostra através de sua própria condição social as contradições da Amazônia.

[...] a Amazônia não é uma concepção derradeira ou terra imatura, como postulou Euclides da Cunha, do contrário, ela é um mundo amplamente aceito, convivido, tem perfil de história, de saberes e imaginações, é desde o começo uma formação pelo conflito e um sem fim de eventos, dar-lhes esta maturidade (Trocate, 2015b, p. 10).

A partir das reflexões tecidas na graduação e na especialização meu interesse foi se aprofundando nos estudos literários, nesta perspectiva entender pela ótica da arte literária, contradições e o processo de desterritorialização dos camponeses na região amazônica causados pela mineração é a tarefa que me coube no desenvolvimento desta pesquisa.

As contradições vividas por camponeses na região amazônica têm sido narradas por diversas óticas, o que nos inquieta nesta pesquisa é possibilidade de uma poesia ser capaz de trazer apontamentos com os dramas sociais que marcam a vida dos sujeitos que disputam este território.

Neste processo de compreender as contradições no território em que vivemos conhecemos a poesia engajada de Charles Trocate, um poeta local que reflete através da sua escrita os conflitos territoriais nesta região entre camponeses e a mineração.

É nesta trama que emerge o poeta Charles Trocate, militante do MST e do Movimento dos Atingidos pela Mineração - MAM no Pará, que também é membro da academia paraense de letras. O escritor tem defendido a poesia como uma ferramenta de luta para humanizar e transformar sociedade, na sua poesia a denúncia, as contradições, os conflitos territoriais entre a mineração e os camponeses que vivem ao entorno do grande projeto Carajás tem ganhado uma repercussão que vai além do fazer artístico, é um debate geográfico, histórico, político e cultural, pois narra através do fazer poético os enfrentamentos que os assentamentos sofrem com o avanço exacerbado na mineração, as disputas por territórios, a expulsão dos camponeses de suas terras para expansão da estrada de ferro Carajás, bem como a disputa dos modelos de vida, a agricultura familiar em contraponto a mineração.

2 O POETA CHARLES TROCATE E A REGIÃO DE CARAJÁS: impactos, disputas e resistências

O poeta Charles Trocate, é escritor, filósofo, educador popular e compositor, nasceu em 1977 na Vila Apeú, município de Castanhal no estado do Pará. Filho de Maria de Lurdes Santos Tomé e Bernardo Pereira. Sua família migrou para o Sudeste Paraense em 1982, na vila denominada “30”, que hoje é a cidade de Curionópolis, região de aglomerados de imigrantes de várias regiões do País em Busca do Ouro da Serra Pelada.

Em 1984 mudam-se para Parauapebas, e de 1984 até 1992 quando entra no MST foi vendedor de frutas, picolé, pão, engraxate, tirador de areia no rio verde, marceneiro e cobrador de ônibus e vendedor de calçados. Serviços executados pela maioria de jovens da classe trabalhadora que vivem em periferias urbanas.

Nos anos de 1986 e 1989 aprende a ler e a escrever com sua irmã Maria Elizabeth, e em 1989 vai a escola pela primeira vez, na escola Carlos Drummond de Andrade. Nesse período também trabalha como vendedor de discos e revistas usadas. Em 1992 entra no MST pela ocupação da fazenda Rio Branco no município e ingressa na militância aos 15 anos de idade. Em 2024 completa 32 anos de militância política e intelectual. Tanto na literatura como na luta contra as injustiças sociais. Charles Trocate é educador popular, filósofo, escritor, editor e membro da Academia Sul Paraense de Letras (ALSSP).

Estreou na literatura com o Livro "Poemas de Barricada" em 2002. É um dos animadores do pensamento crítico sobre o problema mineral brasileiro e da literatura da fronteira. Possui diversos livros de poesia publicados, entre eles "Bernardo: Meus Poemas de Combate" e "Ato Primavera", ambas as publicações de 2007 pela editora Expressão Popular. “1993” Editorial iGuana, 2015, reunião de livros de poesia. Em 2021 com a apoio da lei Aldir Blanc, realizou o projeto “Búfalo Antigo- a poesia de Charles Trocate” disponível no face book “Charles Trocate”. É um dos organizadores da coleção "A Questão Mineral no Brasil", Vol. 1 e 2. Também publicou o "Quando as Armas Falam, as Musas Calam?" (2017), onde alerta para as lutas contra o modelo mineral brasileiro e seus efeitos sobre a Amazônia. E também um dos organizadores do “Dicionário Crítico da Mineração” Editora Iguana, Marabá, Pará, 2018 e “Mineração e Resistência”, vários autores, editora Expressão Popular, 2021.

Possui diversos artigos publicados em jornais entre eles, Jornal Brasil de fato, “Revista Pará Zero Zero” e o Blog o “Furo” “Latitude Amazonia” e é prefaciador de diversos livros em nível nacional “Mineração, a Geologia do desastre” Horácio Machado Áraoz, Editora Elefante, 2019, “Amazonia, saque e destruição” Gilberto de Sousa Marques, Editora Expressão Popular, 2019, e é um dos fundadores do Movimento pela Soberania Popular na mineração-MAM.

Em seu penúltimo livro em coautoria com Tadzio Ceolho, "Quando Vier o Silêncio: o Problema Mineral Brasileiro" (Expressão Popular/Rosa Luxemburgo, 2019 - <https://bit.ly/trocate>), faz um balanço da questão mineral sob a ótica dos dois maiores desastres ambientais da história recente do país, os rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho. Em setembro de 2021 participou como escritor estrangeiro da 21ª edição do Internationale festival de literatura de Berlim, na seção sobre arte e bioeconomia. Já foi palestrante e conferencista em vários Países, como Cuba, Equador, Inglaterra, Alemanha, Bilbao e Venezuela.

Foto 01 – Poeta Charles Trocate.



FONTE: Arquivo pessoal de Charles Trocate.

Sou real, ambíguo entre as ruas e os combates?
 Estou farto
 da onda do mar, não?
 Mas é insuportável não ter o mar
 Vivendo nessa cidade de sensações.
 Debates tortos sobre a vida
 Ignorâncias desdenhando
 O último acontecimento
 Lirismo apodrecido!
 Vivo esses dias machucado por essas pancadas
 [rinocerontes
 Um dia,
 ingovernável será minha loucura

Quando ela chegar quero um lugar
 Debaterei esse lugar
 Serei esse lugar
 A mim que é posto isso, odeio a metafísica
 Hoje tão angular na política!
 Tenho músculos explorados e toda a classe
 [deveriam saber
 Mais os piores hematomas
 Vão no coração galáxia
 Terreno cheio de diagramas e
 explosões (Trocate, 2007, p. 40-41).

O poeta reside do assentamento Palmares na cidade de Parauapebas Pará, onde fica localizada a maior mina de ferro a céu aberto do mundo de concessão da mineradora Vale. A história do Poeta Charles Trocate, se entrelaça com seu fazer poético, arte com vida, vida com arte, a dialética como ferramenta de compreensão das contradições vividas por camponeses no território de Carajás.

Politicamente, a estética poética de Charles Trocate aponta para a amplitude temporal e espacial de questões ligadas ao controle do poder, marcada, maiormente, pelas amplificações metafóricas presentes nos corpos dos poemas. Neste caso, parece que sua expressão poética questiona o poder ao perceber que este é movido por uma espécie de unilateralidade. E que, de certa forma, atua no cotidiano local como modo de dominação, controle, exploração, espoliação, violência, negação da diferença, resultando indiretamente em um eterno regime de colonização, ainda longe de ser superado historicamente. Com essa forma estética, o poeta Charles Trocate desloca, ou pelo menos tenta problematizar, os discursos históricos que, motivados pelo mecanismo econômico e uma suposta hegemonia, sempre fizeram das regiões sul e sudeste do Pará um espaço de manutenção do poder econômico, principalmente ligados aos macros projetos governamentais e também da iniciativa privada, através do grande capital ou ultracapitalismo (Souza, 2020, p.102).

Nesta perspectiva, a poesia de Charles se aponta como uma arte contra hegemônica, motivo pelo qual me permitiu criar um interesse peculiar sobre a obra do autor, por fazer parte da minha história de formação e ligação com a arte literária construída na academia e nos movimentos sociais.

O nascimento de um poeta do povo não é algo espontâneo ou material, mas perpassa por elementos da subjetividade dos sujeitos numa construção histórica, social, cultural política e imaterial. Charles Trocate em comemoração aos 20 anos do livro “Poemas de Barricada”, publica uma carta que revela importantes aspectos da sua história de vida e constituição como escritor e poeta, descreve essa relação que ele constrói com o seu mundo, um mundo repleto de lutas e enfrentamentos, que marcam sua história de vida e sua utopia pela reforma agrária.

Nesta consolidação de Charles como poeta, nos perguntamos se a poética é capaz de narrar a luta pela terra e pela reforma agrária? Talvez essa não seja sua função imediata, mas a poesia é arte e literatura a qual possui uma força subjetiva capaz de emergir a história e suas contradições, fenômeno esse fruto de um trabalho artístico e estético produzindo a fluidez da vida e da realidade.

Certo é que não cheguei a esta inclinação por mero acaso: alfabetizado pela minha irmã Elizabete, cuja grandeza da forma se iguala a de muitos pensadores da educação, e tendo obtido a atenção das coisas afáveis pela curiosidade – gostei da musicalidade da literatura de cordel chegada ao sudeste paraense pelos nômades sertanejos, ora camponeses, ora gente garimpeira que se metiam a região com seus corpos e lucidez atravessados de enganos e devorados pela maledicência do poder. Recordo do ato contínuo de ler, ou melhor, de ler cantando (à luz de lamparina na pequena sala do casebre), exigência que cumprimos sem enfado algum aos muitos que se juntavam a esta liturgia apropriada de arrepio. Depois veio a amizade do menino com o adulto, eu com minha caixa de engraxate de sapatos e ele filósofo de raciocínios fascinantes e muitos palavrões! Fora os palavrões essa influência implacável me levou a arte das ideias e nada perjuro se ando duplicado por elas (Trocate, 2022, p. 01).

O mesmo narra sua história de vida como menino que cresceu numa periferia urbana da cidade de Parauapebas-PA, nesta perspectiva, poderia ter tido o mesmo destino de milhares de jovens neste país e entrar para triste estatística de mortes de jovens pobres que morrem cedo por diversos fatores e principalmente pela marginalização da sociedade a qual são submetidos, sem perspectivas e possibilidades de terem escola de qualidade, moradia, cultura, arte e lazer. No entanto, o poeta ao entrar no movimento ainda jovem, encontra terreno fértil para sua construção enquanto sujeito histórico e poeta do povo.

Fui à escola pela única vez em 1986. A Escola Carlos Drummond de Andrade e dele nada soube até sermos irmãos em letras e desperdício de imaginação pelas transgressões de um país caduco. Como em Itabira, cidade natal de Drummond, Parauapebas serpenteia a muitos vagões e logo se transformará em mera "fotografia de parede" pela rolagem incontrolável, se não contida, do capital (Trocate, 2022, p. 01).

O processo de escolarização deste Poeta, é narrada por ele como catastrófico, mas ao mesmo tempo destaca a importância da escola da vida encontrada no MST. O MST ao longo de sua história tem investido na formação de militantes e o trabalho e o estudo fazem parte de princípios norteadores da luta pela terra. É importante compreender a capacidade formativa que existe num acampamento ou assentamento de reforma agrária, as reuniões, os debates em grupos, a divisão do trabalho, o estudo e organicidade são imprescindíveis para a formação dos sujeitos

Há uma sequência de experimentos que me fazem ser alcançado pela escola literária em que o MST se transformou na minha vida há 30 anos, quando tinha 15 e nossa família entrou nas fileiras da luta pela terra — era 1992. Fui requireiro de garimpo, vendedor de verduras e picolé, tirador de areia, engraxate, marceneiro, cobrador de ônibus e vendedor de revistas e discos usados, antes e depois da pequena "Vila do Rio Verde" se transformar na cidade de Parauapebas, pelo plebiscito que separaria várias cidadelas existentes do município de Marabá em maio de 1988 (Trocate, 2022, p. 02).

Os desafios vividos por Charles na sua infância e juventude são lemas vividos por muitos jovens pobres desta nação, sem condições estruturais de frequentar a escola e por vezes essas instituições não estão preparadas para o acolhimento, o respeito e o cuidado com os que mais precisam.

Daqueles dias a lembrança que emociona é a do primeiro tênis que calcei na vida, comprado para ir à escola no dia seguinte. O tênis verde se uniria a inúmeras euforias, a de calçá-lo e a de ir à escola da rotina logo interrompida. Aquele "repente agalopado" não cabia nos meus espantos de miserável! Outras duas mulheres marcariam novamente minha vida naquela pequena incursão escolar: a professora Ana Guida e a diretora Eunice Moreira. Olhando pelo que desatina é como se tivesse ouvido delas pela inquietação o verso de Drummond: vai, Charles, "ser guache na vida." E fui desatando nó e calçando outros sapatos (Trocate, 2022, p. 02).

Neste ponto, Charles Trocate não coube dentro da escola formal, a metáfora do sapato usada por ele, representa bem, *os sapatos não couberam nos seus pés*, e por isso ele procurou calcar outros sapatos e percorrer outros caminhos que pudessem ser formativos para sua vida.

O interesse pelos livros e pela literatura surgiram nas trincheiras formativas de luta, as memórias afetivas do contato com as letras, revelam que o gosto emerge de uma necessidade real e num momento histórico, a de formar novos militantes para luta por reforma agrária no Pará.

1992 e 1993 foram anos em que vivi literalmente com um short e uma camisa. Levava ainda a fronha de travesseiro cinza, florada, bolsa que recebi da minha mãe quando fui ao curso de formação de militantes. A mim, tudo se transformou, tenho até hoje na memória os livros que li e que fizeram minha cabeça, aquela biblioteca enorme e aquele método pedagógico para ensinar teoria política a pessoas que malmente sabiam ler e escrever, o esforço para criar o hábito da leitura, o gosto pela descoberta. 1993 é o ano que não acaba em minha vida. É nele que tomo as decisões que, com zelo e coerência, são regências até os dias de hoje: a de ser poeta, sim, foi decisão depois de ler muitos outros (entre os de primeira ordem, o Russo Vladimir Maiakovski, Pablo Neruda, Chileno e o Uruguaio Mario Benedetti) e a de tomar a militância política "como profissão de fé" para ser gente como desejava a Lurdes, minha mãe que adorava a inteligência dos "meninos do MST" e decidira tornar-me um deles (Trocate, 2022, p. 03)

É imperioso destacar a força política organizativa e formativa do MST. O contato com os materiais, livros e literatura que permeavam o mundo militante

permitiram entrar no coração de Trocate, e a decisão de ser poeta é baseada na paixão literária por grandes nomes da literatura clássica. O poeta Charles é um poeta forjado no seio da luta pela terra num território de grandes disputas entre camponeses e mineração, é na região denominada carajás em que as disputar por territórios são acirradas e conflituosas.

A região de Carajás, localizada no Sudeste do Pará, especificamente no município de Parauapebas é considerada mundialmente a maior a província mineral em exploração do mundo. É um território rico em minerais, diversidade ambiental, com rica fauna e flora, povos indígenas e uma diversidade de povos advindos de muitos lugares a procura emprego e geração de renda. A Serra dos Carajás é uma grande cordilheira e acidente geográfico onde é desenvolvido o projeto de exploração mineral denominado Projeto Grande Carajás, projeto em operação desde a década de 80 de concessão da mineradora Vale. O complexo minerador é composto complexos denominados: Complexo Minerário de Carajás, Projeto Rio Doce Manganês, Projeto Igarapé-Bahia, Projeto Salobo, Mineração Onça Puma e Projeto Serra do Sossego. Os projetos foram implantados em territórios povoados por indígenas, sem terras, posseiros, acampados e garimpeiros, com a implantação dos projetos, cresceram grandes centros urbanos ao entorno dos projetos, e com isso problemas sociais acentuados nessa região.

Foto 2 - Mina de ferro em Carajás



FONTE: Arquivo do autor 2022.

Ainda neste contexto de diferentes interesses pelo uso da terra no sudeste paraense, há seis Unidades de Conservação (UC) geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que faz divisa com o Assentamento Palmares II, sendo elas: (1) Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, (2) Floresta Nacional (Flona) de Carajás, (3) Flona Tapirapé-Aquiri, (4) Flona do Itacaiúnas, (5) Reserva Biológica Tapirapé, (6) Parque Nacional Campos Ferruginosos e ainda a Terra Indígena Xicrin do Cateté. A se destacar, as UCs Flona Carajás e Flona Tapirapé-Aquiri, que são complexos de extração de minérios e fazem parte do Projeto Grande Carajás e interferem diretamente nos processos de territorialização nesta região, sobretudo nos territórios camponeses.

Ao entorno do grande projeto Carajás ficam localizados diversos assentamentos de reforma agrária, pequenos agricultores, moradores APA, áreas de proteção ambiental. Especificamente vamos discorrer sobre os impactos e conflitos territoriais entre os assentados do Assentamento Palmares e a mineradora Vale. De acordo Souza (2018), essa crescente nesta região tem um marco histórico migratório baseado:

Sem dúvida dois grandes marcos históricos da questão mineral na região do sudeste paraense estão intrinsecamente ligados as descobertas do potencial mineral no que hoje é denominado de região de Carajás, no espaço geográfico que hoje incluem os municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e de maneira menos direta Curionópolis, por conta de Serra Pelada. Vale destacar ainda que a descoberta da reserva de minério de Carajás aconteceu exatamente em 1962, através de pesquisas realizadas por um geólogo que estava a serviço da empresa norte-americana United States Steel. Segundo pesquisas essa empresa já vinha pesquisando o subsolo amazônico desde o início dos anos 1949 à procura de minério de manganês. Em relação a Serra Pelada, que foi ao longo de meados da década de 1980 o maior garimpo a céu aberto do mundo, sua descoberta ocorreu entre o fim de 1979 a 1980 (Souza, 2018, p 06)

Alguns assentamentos de reforma agrária conquistados pelo Movimento Sem Terra, são cortados pela linha de ferro Carajás, que liga Parauapebas a São Luís - MA, local em que o minério é embarcado para o capital internacional. Em 2010, para a aceleração da exportação do minério de ferro a companhia Vale realizou a duplicação da linha ferro, este processo causou um caos na organização dos assentados em seus territórios, além da movimentação de diversos trabalhadores vindos de outras regiões, muitos assentados tiveram parte de suas terras cortadas por este projeto, sem o direito de dizer não, perdendo áreas cultiváveis e produtivas que desenvolviam projetos de agricultura familiar.

Outro impacto que tem sido visível nesta região, vem através do discurso do

progresso da mineração dentro dos assentamentos. Discurso esse hegemônico, ou seja, muitos jovens são atraídos para o trabalho na mineração por uma questão que tem sido inculcada, ideologicamente, nas comunidades apontando a mineração com uma saída sustentável para as comunidades do campo. De certo modo existe uma disputa de território posta, a mineração com uma saída lógica para os assentados e suas famílias e a agricultura familiar que se tem colocado como projeto contra hegemônico, garantindo a autonomia desse território para a subsistência e continuidade da vida.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao longo dos seus 38 anos de existência tem lutado constantemente e organizado milhares de famílias a terem um pedaço de chão para plantar e sobreviver. Nesta trajetória histórica de luta tem conseguido mudar a vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais que durante muito tempo foram excluídos da sociedade e tiveram seus direitos negados, grande parte desta parcela, são povos periféricos, trabalhadores de fazendas e pessoas sem moradia. Este movimento sócio territorial, não luta só pela garantia da terra, mas, sua bandeira é a democratização da terra, da educação, da saúde e direitos sociais, políticos econômicos e culturais que sempre foi negado a classe trabalhadora.

Na busca por essa empreitada histórica, no dia 26 de junho do ano 1994 no município de Parauapebas, o MST mobilizou 2500 mil famílias, para ocupar uma área de concessão da companhia Vale do Rio Doce hoje denominada empresa VALE. Essa ocupação é considerada a primeira disputa por território entre os camponeses e a mineração de grande escala na região. É importante salientar que grande parte desses sujeitos que participaram desta ocupação, eram trabalhadores que foram atraídos pelo discurso hegemônico de prosperidade e recentemente chegaram na região, no entanto, a mineradora não tinha como absorver toda mão de obra ofertada, além da pouca qualificação por parte da população.

Com a ofensiva da mineradora, as famílias foram despejadas imediatamente, e em seguida foram para o município de Marabá onde ocuparam a sede do INCRA. A ocupação deste órgão tinha por objetivo colocar na pauta do governo a desapropriação de uma área que pudesse atender as necessidades dos trabalhadores.

Após um período exaustivo de confronto com o INCRA, os acampados retornam a Parauapebas e construíram o acampamento numa área denominada pelos acampados de Vila da Barata. Depois de exaustivos dois anos de confrontos, ocupações, cerca de 817 acampados conseguem ocupar definitivamente no início de 1996 a outra parte da fazenda Rio Branco, localizada a 8 Km do município de Parauapebas.

Nesse período acontece a divisão dos acampados, parte decidiram ficar mais próximos da cidade e 517 famílias decide construir a agrovila mais distante da área de mineração.

Após a conquista da terra e criação do Assentamento os confrontos com a mineradora Vale tornaram-se mais acirrados. Pois a estrada de ferro Carajás corta todo assentamento Palmares, as disputas não acontecem só do ponto de vista estrutural, mas são disputas ideológicas de projetos de vida e de sociedade.

Ao longo dos anos nesse território o MST vem trabalhando na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar, educação para a juventude voltada a valorização da terra e da biodiversidade. Por outro lado, a mineradora tem adentrado no assentamento com o discurso ideológico da formação da juventude para mão de obra para mineração. Além dos impactos ideológicos, a comunidade sofre com impactos econômicos, políticos e sociais. De acordo com Zonta e Trocate (2015):

Nas últimas três décadas, nenhuma região do país sofreu de maneira tão brutal uma intervenção organizada do capital mineral como a região de Carajás, no Pará. Embora a indústria da mineração exista em quase todo território nacional. Dos camponeses posseiros, da aniquilação dos indígenas, do evento da Guerrilha do Araguaia, ao fenômeno da Serra Pelada até a implementação do Grande Projeto Carajás. (Zonta; Trocate, 2015, p. 16).

O Assentamento Palmares que inicialmente foi projetado para 517 famílias, hoje reside mais de 6 mil habitantes, de acordo levantamento da equipe de saúde local. Houve um inchaço populacional na região devido o discurso do progresso mineral, este acelerado crescimento populacional trouxe também, mazelas sociais e econômicas para região e as intervenções no Assentamento acontecem de forma elevado, impactando os lotes rurais, o modo de vida, a produção, a educação e principalmente o projeto contra hegemônico dos trabalhadores rurais desta região.

Apossamento e mercantilização da natureza influem enfim sobre os modos de vidas campesinos em suas formações históricas, indígenas, ribeirinhas, caboclos e quilombolas e os da fronteira em expansão de muitas fronteiras projetadas onde o capital se realiza destituindo-os de sentido e lugar (Trocate, 2017, p. 15).

Com o crescimento da produção mineral na região, a duplicação da malha ferroviária para acelerar o escoamento do minério de ferro, trouxe diversos conflitos, entre assentados e a mineradora, pois houve expropriação de parte dos lotes rurais para alargar a malha ferroviária. Essa região tem se tornado um lugar de exploração do capital de forma exacerbada.

O sudeste do Pará, no jogo conjuntural do capitalismo global em crise, é construído como uma zona de sacrifício, território a ser dominado por relações capitalistas inscritas no signo da acumulação por espoliação, que, por sua vez, deve ser sacrificado para a manutenção de processos de superacumulação em outras escalas do capitalismo financeirizado (Malheiro, 2015, p. 61).

O capitalismo severo, adentra nos territórios de reforma agrária e disputam com as diversas armas possíveis, umas ideológicas, outras de financeirização e até uso da força e do estado para garantir sua perpetuação e exploração em territórios camponeses.

2.1 Territorialização da mineração e desterritorialização dos camponeses do Assentamento Palmares

Para compreendermos melhor o processo de territorialização da mineração e desterritorialização dos camponeses no Assentamento Palmares é importante refletir sobre território, desenvolvimento territorial e movimentos socio territoriais e entender a sociedade na sua complexidade apontando as contradições, econômicas, políticas, sociais, socioambientais e culturais. Tendo um pano de fundo relações de poder, e disputas de projetos hegemônicos e contra hegemônicos que forma um território. A construção de um território é determinada pelas relações sociais, movimento histórico e dialético de uma sociedade.

A necessidade de criar territórios é uma condição inerente a da humanidade, ou seja, os seres humanos tem latente a necessidade de criar seus espaços e territórios na perspectiva de garantir a existência e a continuidade das gerações. *Para* Haesbaert (2004) “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’”, ou seja, os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição destes territórios significa o fim desses sujeitos, por isso, existe uma disputa constante para manter o território vivo.

Para compreender com mais essência o conceito de território, é de suma importância estudarmos territórios pela ótica das relações de poder de uma sociedade, as disputas de projetos e interesses socioeconômicos, não podemos dizer por exemplo, que o território camponês é comum ao território do agronegócio, são duas categorias que construíram suas relações a partir de interesses que revelam os anseios de cada sujeito envolvido neste processo. Haesbaert (2004) reflete que existem múltiplos territórios e é importante conhecer essas categorias para compreender o processo de disputas territoriais:

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (Haesbaert, 2007, p. 03)

O território camponês, por exemplo, é construído a partir das relações que os camponeses estabeleceram ao longo da história, envolvendo a luta pela terra, a subsistência, fortalecimento da agricultura familiar, luta contra os projetos neoliberais e produção orgânica, tendo como referência a luta histórica dos trabalhadores do campo e os movimentos sociais, a vida e a biodiversidade. No que tange o projeto de território do agronegócio ou da mineração essa categoria é fundamentada pelo grande capital internacional, exportação, monocultura e uso de agrotóxico em grande escala, é um projeto hegemônico de dominação e de desterritorialização dos camponeses da terra.

Nos últimos anos, as transnacionais têm comprado enormes extensões de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia para expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities. Movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esta política pelo menos por duas razões: 1) porque a expansão dos territórios das transnacionais ocorre sobre seus territórios, provocando sua desterritorialização, empurrando-os para novas áreas, provocando o desmatamento e produzindo novos territórios que no futuro poderão ser controlados por elas (STAVENHAGEN, 2005). Este processo tem gerado uma ampla disputa territorial, êxodo rural, mudanças nas relações campo-cidade-florestas, ou seja, provocando fortes impactos socioterritoriais. A resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado a multiterritorialidade, promovendo também a desterritorialização das transnacionais (Fernandes, 2008, p 11).

A partir dessa reflexão podemos refletir com mais ênfase de como como acontecem o desenvolvimento territorial sobre duas vertentes: campesinato e grande capital. O desenvolvimento territorial acontece de acordo os interesses, nesta perspectiva existe acentuada uma luta de classe, de um lado o capital com seus projetos de expansão e expropriação das riquezas (terra, mineração, natureza, água...) projetos de dominação hegemônicos e do outro camponeses que produzem sua subsistência da terra pautando sempre um projeto de vida contra hegemônico, relação com a natureza, com a terra, não como mercadoria, mas como bem comum da humanidade.

Essas realidades têm gerado debates sobre a venda de terras às transnacionais como uma questão de segurança nacional. Para além da questão geopolítica, está a questão do modelo de desenvolvimento socioterritorial em disputa. A produção de commodities está associada a um modelo de desenvolvimento que, além de atingir diretamente a população, desafia a soberania dos países. A produção de alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional está relacionada ao uso dos territórios dos países pobres e à dependência tecnológica e econômica dos países ricos. Exemplos são as monoculturas de árvores, de soja e laranja. A constituição de um modelo de desenvolvimento organiza as infra-estruturas e os serviços, determinando os tipos de usos dos territórios, expropriando os sujeitos e relações sociais que não são incorporadas ou cooptada (Fernandes, 2008, p 11).

Neste sentido, os enfrentamentos que os movimentos sócio territoriais: quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, sem terras e camponeses, têm construído, marcam a história da luta pela terra como movimento dialético de construção e consolidação de um território de luta e conquista. A criação de um assentamento por exemplo, é um enfrentamento claro ao sistema capitalista de apropriação da terra e do latifúndio, esses movimentos sociais, camponeses e movimentos sindicais tem construído historicamente seus territórios de luta e resistência, trazendo a história, a cultura, o modo de vida como reinvenção e consolidação deste território de luta e democratização da vida.

O território é um bem imaterial, que traz consigo a cultura, a história, a arte, o modo de vida, as formas de enfrentamento e resistência de um povo. Em se tratando do camponês, podemos salientar que seu modo de vida é uma afronta ao grande capital, se colocar por exemplo, contra o agronegócio, mineração, monocultivo em favor da produção de alimentos saudáveis, defender a agroecologia, a agricultura solidária e familiar é em suma, ter lado na história e defender um projeto de soberania alimentar para continuar sendo camponês.

A imaterialidade do território também está em disputa como nos afirma Fernandes (2008)

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das idéias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais. (Fernandes, 2008, p.15)

O desenvolvimento territorial pregado pelo agronegócio e pela mineração tem ligação íntima com expropriação da natureza, da terra e das comunidades rurais para expansão exacerbada dos projetos neoliberais. O progresso apresentado por esses grandes projetos coloca em xeque a vida, usam um discurso de avanço tecnológico e inovação na produção em grande escala, é um “progresso” que representa o mais cruel e irreversível regresso, assim, a condição do “progresso” é o atraso.

A temática abordada nos leva a reflexão da relevância política e social que tem esses estudos para o aprofundamento, conhecimento e fortalecimento da luta por igualdade social dos povos, principalmente pela democratização da terra e consolidação de territórios de resistência. Todo esse movimento é uma construção histórica trazendo contradições que colocam o homem numa relação indissociável com a natureza e o espaço geográfico, seja para a expropriação ou dominação, seja para a preservação e cuidado com a vida e a continuidade das gerações. Por isso o território está em disputa permanente.

Por exemplo, a Estrada de Ferro de Carajás (EFC) que corta o assentamento ao meio e as várias intervenções no território passam a ser determinantes no contexto de uma nova reconfiguração territorial, assim se mostra de suma importância entender a atuação da Vale dentro das comunidades impactadas pelo seu processo de exploração, é preciso partir do contexto de que existe um saber acumulado, tanto em torno das experiências de lutas travadas com a empresa em se tratando das comunidades, quanto um saber experimentado pela empresa em lidar com

determinadas situações.

Várias são as estratégias implementadas pela empresa na perspectiva de se adentrar em comunidades onde se estabelecem conflitos. O Departamento de Relações Comunitárias é a expressão desse saber especializado, que trata especificamente de mediar conflitos e estabelecer diálogo entre as comunidades que estão no entorno da área de Carajás, muitas vezes oferecendo cursos profissionalizantes, mudas e projetos vários voltados para a produção agrícola e, até mesmo, oferecem formações em Educação Ambiental para o ambiente escolar que, atualmente, as escolas das comunidades não aceitam mais por entender que estas são estratégias de desmobilização e não de construção.

Entre os anos de 2015 e 2018, devido a intensificação das obras de duplicação da EFC dentro da área do assentamento se intensificaram, também, as várias ações da empresa para com esta localidade, sendo voltadas para questão social como o projeto de compensação social voltado para financiamento da agricultura, comissão de geração de emprego, programa de qualificação profissional e aproximação do diálogo com as associações que representam o assentamento.

Outra questão que tem chamando atenção dos estudiosos é o processo acelerado de territorialização do capital no assentamento, a mineradora tem produzido o discurso ideológico do emprego e renda gerados a partir da mineração, o debate da mineração sustentável, da boa relação com as comunidades do campo, por isso, através da secretaria de Relações com a comunidade e dos programas de inserção do emprego na empresa, tem levado muitos dos jovens a se interessarem por este tipo de oferta. Oliveira (2004) reflete sobre esse fenômeno de forma muito clara:

No mecanismo o qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (boias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num mar de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (Oliveira, 2004, p.42)

A ocupação do território, a oferta do emprego, a boa relação com a comunidade estabelecida, tem representado na verdade uma expropriação do território, indenizações, ocupação de áreas antes que serviam para agricultura, alargamento de vias, pontes e asfalto, são apresentadas como progresso e desenvolvimento. Para Martins (1991),

[...] a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer se reproduzir à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Não há capitalismo sem subjugação do trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista (Martins, 1991, p.50)

O crescimento da produção mineral tem representado um ameaça aos territórios campesinos pelas invertidas materiais, discursivas e ideológica do capital mineral na região. Aos poucos o território camponês é cercado pelos grandes empreendimentos minerários, impactando não somente o território físico, mas a imaterialidade, a forma de viver, a natureza e história dos povos que vivem nesta região.

Sobre esta política de apropriação de terras Almeida (2010) reflete sobre as estratégias de apropriação de grandes extensões de terras frente às comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponesas, extrativistas. etc.). Para ele estas são apropriações por parte do capital que se articulam em torno de todo um arcabouço de ideias e interesses, onde se utilizam de influências dentro de setores como o judiciário, o legislativo, o executivo e os meios de comunicação, que buscam desconstruir pelo discurso do desenvolvimento, direitos territoriais conquistados historicamente por esses grupos tradicionais. De acordo com Almeida (2010):

As agros estratégias correspondem a esse conjunto de iniciativas em favor das commodities (minerais e agrícolas). “Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas”. (Almeida, 2010, p. 102)

Essas estratégias têm apoio do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), setores que se aproveitam do discurso de “Crise no setor de alimentos” para legitimar a expansão da fronteira agrícola como a única alternativa possível de conseguirem investimentos e incentivos fiscais por parte do Estado.

A mídia, nesse processo de legitimação de avanço do capital sobre as comunidades têm um papel fundamental nas tentativas de territorialização do capital, pois dissemina um discurso que desconsidera o uso dos recursos naturais e a

capacidade produtiva da agricultura de caráter familiar e até mesmo promove a sua não existência, para legitimar a apropriação desses territórios.

A lógica do discurso da grande produção se mostra contraditória, na medida em que essa forma de produção está baseada na monocultura, na produção em grande escala voltada para a exportação, sendo produção de oleaginosas e de cana-de-açúcar para atender a indústria de biocombustível. Surge, assim, uma contradição entre o discurso e a prática, quando se alega a escassez de alimento e a necessidade de ampliar a produção e, quando essa grande produção não é destinada para fins alimentícios ou são destinados para o mercado externo, faz com que a população nacional não tenha acesso a esses produtos.

Podemos observar que, mais uma, vez a pressão do discurso se volta contra as comunidades tradicionais de base familiar que, mesmo produzindo 70% do que é consumido no dia-a-dia “não tem sua produção reconhecida”, e seu território é visto como vazio disponível para exploração capitalista.

Por cerca de mais de meio século o capital atua na Amazônia com mais intensidade, se apropriando dos recursos naturais provocando mudanças estruturais no modo de vida e nos ecossistemas da região, produzindo uma dinâmica violenta de expulsão de povos e populações, degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais através de várias fontes. Assim diante da consolidação de uma interferência do estado a serviço do capital, que provoca reconfigurações no espaço amazônico, uma delas nos interessa mais particularmente: a vizinha que ninguém quer ter: a Vale e sua exploração mineral.

A Vale é uma das maiores latifundiárias em termos de apropriação de áreas e recursos como minérios, rios, florestas, entre outros. Não é à toa que a Vale foi privatizada pelo governo do PSDB na gestão de Fernando Henrique Cardoso nos anos 80, fazendo parte de uma estratégia neoliberal de total entrega das riquezas nacionais aos interesses do capital financeiro internacional.

De acordo com Almeida (2010), estamos em uma nova fase do colonialismo, sendo que as riquezas em disputas são as terras agricultáveis e o alimento passa ser o “novo petróleo” e, essa nova lógica do mercado de terras, atinge os grupos menos favorecidos economicamente que, por meio de uma série de estratégias, vem sendo desterritorializadas. No caso do assentamento em estudo podemos perceber essa

ação truculenta por parte do grande capital para consolidação de projetos que dão suporte a mineração do ferro.

No Palmares II, mesmo para além das tensões estabelecidas no decorrer da história da conquista da terra, existe uma tensão entre a Vale e o Assentamento. Pois para que a extração do ferro em Carajás e outros minérios por parte da mineradora se efetive com eficiência, a empresa Vale dispõe de um complexo exploratório de outros recursos, sendo eles minerais ou não, que toma de assalto o território e os recursos naturais do assentamento.

Não obstante a grande quantidade de areia explorada do leito, do principal rio que corta de fora a fora o assentamento, é destinada principalmente a abastecer demandas da própria empresa. Monteiro (2012, p. 03) analisa que esta mineração de pequena escala teve seu auge após a privatização da CVRD, trabalhando principalmente com extração de areia e seixo, segundo o autor,

[...] o crescimento da demanda de areia pela própria mineradora e pelo setor da construção civil, motivado pelo crescimento imobiliário nos municípios da região e pelo conjunto de obras necessárias como logística para a implantação do projeto de expansão da produção mineral, entre eles, o projeto para extração de ferro, o S11D, e o projeto para a extração do cobre, o Sossego. Essas demandas intensificaram a exploração no rio Parauapebas fazendo confluir para o assentamento um fluxo de mineradores de médio e pequeno porte organizados em associações ou individualmente (de forma clandestina) para viabilizar essa forma de exploração (Monteiro, 2012, p. 03).

O autor ainda problematiza que esta mineração de pequena escala é uma ameaça a reprodução do camponês, uma vez que esta retira a centralidade do fazer camponês, da lida com a terra, transformando o mesmo em força de trabalho (Monteiro, 2012). A esta reflexão poderia se somar também a transformação da terra em mercadoria, uma vez que os lotes agrícolas que estão localizados as margens do rio Parauapebas, são transformados em grandes pátios de estocagem de areia e seixo mediante o aluguel dessas áreas, este padrão de uso do lote agrícola retira a centralidade da lida com a terra ameaçando, pois, a continuidade do fazer da agricultura familiar.

Outra perspectiva de apropriação e exploração dos recursos minerários do assentamento, diz respeito as atividades realizadas pela empresa Monte Granito no processo de extração de brita, que igualmente a extração de areia e seixo, servem aos interesses e necessidades da mineradora, sendo ainda estes produtos utilizada na construção civil ou diretamente ligada a expansão dos projetos minerários de Carajás e Canaã.

O local de instalação e exploração da pedreira fica próximo do assentamento e, para garantia da exploração desta pedreira, faz-se rotineiramente a realização de grandes explosões, fato este que afeta diretamente os agricultores que tem seus lotes fazendo divisa com área de exploração. Os impactos também chegam em proporções igualmente impactantes na agrovila do assentamento. Dada sua proximidade da pedreira os moradores sofrem com o barulho das explosões que ocorrem sem ao menos informar os moradores do assentamento, que tem suas casas acometidas por rachaduras e sofrem com alto índice de poeira causados por explosões e tráfego de caminhões basculantes.

São realizadas em média três explosões por semana, que não seguem nenhum cronograma preestabelecido para informar as pessoas nas imediações. Após a realização das explosões, as pedras são transportadas até o britador por meio de caminhões, para então serem quebradas em tamanhos menores, em média de 250 mm, sendo estas consideradas pedras de mão.

Após o processamento da pedra bruta, transformando esta em pedra de mão, a mesma retorna para o britador para então serem processadas conforme o interesse em obter determinados produtos, sendo eles: pó de brita, brita – 01, brita-02, brita, brita-03, Bica corrida e rachão. Estes produtos são utilizados das mais variadas formas, mais principalmente como matéria prima para construção da duplicação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás. São dois britadores responsáveis pela produção de mais de 2.956 toneladas de brita produzidas por dia, somando um total de mais de 880 toneladas ao mês, e 322.000 toneladas de brita ao ano.

Outra evidência que marca este avanço da mineradora acerca do território camponês tem a ver com a instalação de linhas de transmissão elétricas que foram e serão construídas para fornecer energia ao complexo de exploração mineral em Carajás e Canaã.

Os conflitos nessa região não são atuais, mas históricos, a partir da ocupação da terra em Palmares e só tem se intensificado, pois os trabalhadores deste território ameaçam o projeto do grande capital. Ainda em 2017 especificamente no dia 17 de novembro de 2007, cerca de 2,6 mil trabalhadores e trabalhadoras do MST, das organizações de garimpeiros, pequenos produtores rurais e juventude urbana do Pará, ocuparam parte do eixo ferroviário que corta o Projeto de Assentamento Palmares II no município de Parauapebas. Este trecho é concedido pelo Estado para

uso da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Esta ação fez parte da Jornada de Lutas pela Reforma Agrária e em defesa dos recursos naturais do povo brasileiro.

Foi um dos maiores enfrentamentos contra a mineradora na região, pois demarcou o posicionamento político e ideológico dos camponeses dessa região em não aceitar o sucateamento das riquezas, o saque do minério, e a degradação da natureza, ignorando os povos que vivem, estudam e trabalham neste território. Neste sentido, a pauta apontava a denúncia as mazelas deixadas aqui, lutando para que a riqueza deste lugar, ficassem também para o povo, em infraestrutura, estradas, escolas, saneamento básico e principalmente investimento na agricultura familiar para produção de alimentos e a vida sustentável no campo.

Foto 3 - Ocupação da ferrovia no assentamento Palmeares 2007



FONTE: Arquivo da Associação dos Trabalhadores Rurais de Palmeares

A ocupação foi umas das maiores orquestradas pelos trabalhadores desta região e a intenção foi denunciar a postura da empresa em determinar a lógica de organização do Estado e da sociedade e, sobretudo, da região de influência da exploração mineral, na perspectiva de acumular e enriquecer um patrimônio privado e detrimento aos projetos de agricultura familiar, bem como a expansão mineral exacerbada geradas pela mineração neste território, bem como as questões de impactos ambientais e sociais da exploração mineral predatória.

Este período de confronto direto com a minerado causou a paralisação das atividades de tráfego de minério da CVRD, hoje Vale, foi também uma das formas de

responsabilizar o Governo Federal, o Governo Estadual e a própria CVRD pela incapacidade de resolver o grave problema agrário, mineral e ambiental que vivem os trabalhadores do campo e das cidades deste território. Este processo foi importantíssimo pois revelou a sociedade da região de Carajás inúmeras informações sobre as contradições do desenvolvimento do Estado baseado num modelo agrário, mineral e exportador, que nada trouxe ou trará em benefícios para o conjunto da população do estado, intensificando a exploração da biodiversidade e da população da nossa região.

Além do MST, participaram desta jornada de luta, outros movimentos sócio territoriais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada, a Articulação de Mulheres do Campo e da Cidade, Associações de Moradores de Parauapebas, o Grupo União Palmares e a UJCC, coletivo das escolas do Assentamento Palmares e estudantes do ensino Médio.

A pauta a apresentada durante a ocupação iniciou um processo de negociação junto a direção da Companhia VALE, não foi uma mera pauta, mas sim uma síntese das contradições criadas pela natureza dos investimentos e a forma de gestão da empresa em relação aos recursos naturais, a geração de riquezas e a política de investimentos sociais que afetam os trabalhadores do campo e da cidade de Parauapebas e principalmente dos assentamentos e territórios camponeses da região. Pontos apresentados:

1. Que a Companhia Vale do Rio Doce como empresa que monopoliza a extração de ferro e outros minerais do subsolo do Estado do Pará, aumente o repasse da CFEM de 2% para 6% como forma de compensar os municípios mineradores e o Estado, que recebem os impactos da migração, do desemprego, e etc., na sua infraestrutura social.
2. Que Companhia Vale do Rio Doce corte o repasse de ferro as Empresas de Ferro Gusa instaladas no Pará e no Maranhão que não cumprem responsabilidade ambiental e social.
3. Que a CVRD, os governos, federal, estadual e municípios mineradores onde a companhia atua, sejam responsáveis por um programa social de caráter emergencial nas áreas:
 - a) Construção de moradias populares em especial nos municípios impactados pela migração provocado pelos investimentos da CVRD como assegura seu próprio diagnóstico.
 - b) Construção de Unidades de Saúde, em proporção as demandas provocadas em buscas desses serviços e dos critérios de sua universalização.

c) Construção do hospital regional de Parauapebas e Tucuruí, devidamente equipados com profissionais e tecnologia médica apropriada para alta e baixa complexidade.

d) Implementação de um amplo programa de educação para a erradicação do analfabetismo e garantia de acesso a universidade pública, gratuita e de qualidade.

e) Instalação de unidades produtivas e programas que garantam a geração de mais empregos, renda e diversificação da economia no campo e na cidade.

f) Implementação de um amplo programa de segurança social que oriente desde projetos sociais preventivos, até a repressão organizada contra todos que atente a vida dos indivíduos e a coletividade.

g) Construção de uma Escola Técnica Profissionalizante que atenda as diversas áreas: Agricultura (agroflorestal), Indústria e Comércio, como condição de inserção produtiva de milhares de homens e mulheres num novo modelo de desenvolvimento.

4. Que o Distrito Florestal de Carajás colocado em pauta por força da Companhia aos governos Federal e Estadual para ser implementado nessa região (baseado no plantio de eucalipto para carvão vegetal e uso da floresta natural) seja substituído pelo Distrito Agroflorestal Sustentável (que significa reflorestar com árvores nativas da região e garantia da biodiversidade).

5. Que os garimpeiros tenham autonomia sobre o território de Serra Pelada, que seja cessada a ingerência da CVRD sobre a forma de cooptação e repressão das organizações dos garimpeiros.

6. Que seja criado um Conselho Deliberativo com representantes da CVRD, do Estado e da sociedade civil para discutir e deliberar sobre os projetos de mineração e de uso de recursos ambientais da região. Que acompanhe e decida o programa de investimentos dos recursos destinados pela CVRD aos municípios, com apresentação de projetos de acordo com os interesses locais.

7. Implementação de um polo industrial na região de Carajás para verticalização da produção que agregue valor industrial aos recursos naturais extraídos na região, na transformação de produtos manufaturados de interesse da sociedade, com a produção de utensílios eletrodomésticos, peças industriais, espécie de Zona Especial de Produção orientada por um novo modelo de produção.

8. Que a Companhia Vale do Rio Doce repasse sistematicamente os recursos dos acordos estabelecidos entre ela e as comunidades indígenas impactadas pelo grande projeto Carajás.

9. Que a Companhia Vale do Rio Doce estabeleça junto com os movimentos sociais uma agenda para discussão de todos os projetos minerais já implantados e a serem implantados na região.

10. Que as comunidades camponesas, das áreas de reforma agrária, indígenas e quilombolas sejam ressarcidas em forma de investimentos em infraestrutura social pelos impactos socioambientais advindos das atividades do projeto Carajás (Pauta de reivindicação movimentos que ocuparam a ferrovia neste período).

Essa luta resultou em muitas conquistas para a comunidade, como asfalto, pontes, escolas, infraestrutura para o campo e principalmente acelerou a agenda de reforma agrária no estado do Pará, pois a condição da liberação era dada a partir do momento em que o governo e a mineradora colocassem em pauta a reforma agrária. Mas podemos dizer que nossa grande conquista foi mostrar ao grande capital internacional que os Trabalhadores Rurais Sem Terra não abrem mão deste território. No entanto, as lutas e disputas não se encerram, e adentram os territórios pela disputa material e imaterial, a educação por exemplo, tem sido um espaço de constantes lutas.

3 EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS CAMPESES E OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO

Neste capítulo, foi feita uma breve contextualização sócio-histórica da educação do campo buscando compreender as consequências que este projeto de ensino sofre devido os impactos da mineração nos territórios camponeses, compreendendo, também, a educação como território em disputa intensificando o processo de luta de classes.

3.1 Breve contextualização da educação do campo

A educação do campo é um projeto de ensino que nasce no ceio das lutas dos movimentos socio territoriais de campo, onde destacamos o MST por ser pioneiro na luta para que a população camponesa possa ter acesso a um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, valorizando o campo como espaço de vida digna, de cultura, luta e resistência.

Pois de acordo com Caldart (2015), a constituição da educação do campo se deu na década de 1990, “como uma articulação nacional das lutas dos trabalhadores do campo pelo direito à educação, materializando ações de disputa pela formulação de políticas públicas no interior da política educacional brasileira” (Caldart, 2015, p. 1), [...] visando que esta possa atender às necessidades sociais da classe trabalhadora, em especial a que vivem no e do campo.

Nesse sentido, Molina (2015) destaca que ao se tratar da origem da educação do campo, “significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida” dentre outros que venha beneficiar o capital (Molina, 2015, p. 381).

Neste sentido, segundo Mendonça (2023) podemos compreender a educação do campo “como uma ferramenta ou parte da perspectiva estratégica de construção de poder popular para a transformação social, para os movimentos sociais, que veem nela meios de combater práticas dominantes, se contrapondo às ideologias

hegemônicas” (Mendonça, 2023, p. 34). Neste sentido, Caldart afirma que o referido projeto de educação é

[...] um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas (Caldart, 2009, p. 40).

Corroborando com Caldart, ainda de acordo com o pensamento de Mendonça (2023) “a educação do campo vem surgir não só para se somar a mais um modelo de educação, mas para combater os que são impostos pelo sistema capitalista” (Mendonça, 2023, p. 34), que tem impregnado cada vez mais com sua ideologia nas escolas da cidade e também do campo, visando a alienação, opressão e principalmente a formação do homem e assim explorar sua força de trabalho. Mendonça acrescenta ainda que,

A educação ofertada para as escolas do campo historicamente foi caracterizada por uma grande discrepância, por ser disponibilizada de forma excludente e alienadora, tendo como referência a educação rural⁴, privando, assim, os sujeitos que vivem no e do campo de terem acesso a uma educação de qualidade e emancipatória, ou seja, voltada para a compreensão e superação de suas realidades (Mendonça, 2023, p. 20).

Portanto, o autor afirma que

A educação do campo nasce, então, para contrapor-se à educação rural que historicamente foi disponibilizada para o campo pelos governos. Educação essa que tem como objetivo a reprodução dessa ideologia capitalista; que transmite a ideia de que o povo do campo só deve aprender aquilo que servirá para o seu sustento, para sua sobrevivência, além de disseminar a ideia de que o campo é inferior à cidade (Mendonça, 2023, p. 34).

Nesse contexto, corroborando com Mendonça, Caldart (2015) diz que a situação educacional brasileira exposta a acima, que

[...] há no Brasil uma desigualdade substantiva, histórica, no atendimento aos direitos humanos e sociais da população trabalhadora do campo (camponeses, assalariados rurais, povos tradicionais, quilombolas e indígenas,...) e, particularmente, no acesso à educação pública (escolarização básica, técnica, superior), em relação ao conjunto da população. Temos, portanto, como Nação uma dívida histórica, e ainda não resolvida, com os trabalhadores do campo em relação ao seu acesso à educação e especialmente à educação escolar [...] (Caldart, 2015, p. 8).

⁴ Modalidade de ensino que a classe dominante oferta para a população camponesa com objetivo de reproduzir a ideologia capitalista nas escolas da zona rural e assim alienar e explorar a força de trabalhos destes sujeitos em prol do capital.

Portanto, ainda de acordo com os pensamentos de Caldart, desde seu surgimento a educação do campo enquanto fruto do campesinato

[...] se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (Caldart, 2009, p. 38)

Neste sentido, como resultado das lutas dos movimentos sociais do campo visando a transformação da realidade de negação de direitos e ou precarização das políticas públicas ofertadas pela classe dominante para a população camponesa, podemos destacar dentre outras conquistas, a constituição do PRONERA e PROCAMPO, programas descritos no quadro abaixo.

Quadro 1 – Algumas conquistas educacionais do campesinato.

PROGRAMA	ANO	DESCRIÇÃO/OBJETIVO
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA	1998	Uma política pública de Educação do Campo, executada pelo governo brasileiro e voltada para a formação dos sujeitos que vivem nas e das áreas de Reforma Agrária, possibilitando a estes o acesso ao ensino superior em várias áreas a exemplo da educação, direitos humanos, dentre outras.
Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO	2008	Constituído pelo Ministério da Educação – MEC e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, o programa é uma política pública de implementação a cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior no Brasil, que visa formar educadores para escolas rurais

De acordo com Mendonça, nacionalmente, “o PRONERA, ao longo de seus 25 anos de história, já atendeu 191.234 educandos em mais de 500 cursos de formação ofertados por meio do Programa”. E se tratando do PROCAMPO, o autor diz que desde sua constituição em 2008 o programa já formou milhares de pessoas em várias instituições no país. Mendonça acrescenta ainda que apesar dos avanços obtidos pelos referidos programas, os mesmos ainda têm sido ofertados de forma precária (Mendonça, 2023, p. 52-53).

Foto 4 – Precariedade da educação



Fonte: Google

Pois segundo o Mendonça, a situação educacional brasileira, onde destacamos a educação do campo, retrocedeu [...] como consequências do impeachment⁵ da

⁵ “Termo inglês que significa impugnação de mandato. É a destituição legal, por meio de processo no Poder Legislativo, do ocupante de cargo de presidente da República. O impeachment propriamente dito é de responsabilidade do Senado Federal, mas a Câmara dos Deputados precisa autorizar a instauração do processo. Essa autorização precisa ter o apoio de 342 deputados. Se o impeachment for aprovado, o presidente perderá o cargo e ficará inabilitado por oito anos para o exercício de função pública. A aprovação do impeachment precisa do apoio de 54 senadores”. Fonte: Agência Senado

então presidenta da república Dilma Rousseff em agosto de 2016, atropelando “a democracia brasileira, trazendo inúmeros retrocessos para o país, sobretudo, para os direitos da classe trabalhadora, especialmente a que vive no e do campo”. Situação que se agravou ainda mais principalmente na gestão “do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, por meio de seu governo fascista, colocou as políticas públicas como a saúde e a educação em situação alarmante” com cortes de verbas para as mesmas. Ações que foi “contra os direitos populares, porém, beneficiou e fortaleceu a classe dominante e seus projetos em prol do capitalismo” (Mendonça, 2023, p. 54-55).

Diante dos relatos expostos, podemos observar que a situação de precarização, em destaque a educação do campo, é fruto do desgoverno de quem está no poder, principalmente os que tem como principal objetivo fortalecer cada vez mais o sistema capitalista e seus projetos para o campo visando cada vez mais capital por meio do agronegócio e exploração dos bens naturais. Desta forma, Molina (2015) afirma que

[...] sem enfrentar o agronegócio não pode haver Educação do Campo: a vitória do agronegócio é a derrota da Educação do Campo, e não há coexistência possível. Explicitar esta contradição é fundamental uma vez que muitos tentam escamotear este conflito, arrumando argumentos para a defesa da coexistência de ambos, negando-se a compreender o quanto o crescimento de um significa cada vez mais, o sufocamento do outro (Molina, 2015, p. 382).

Ainda de acordo com os pensamentos da autora,

As transformações trazidas com a mudança da lógica de acumulação de capital no campo, pelo modelo agrícola representado pelo agronegócio - que exige cada vez mais vastas extensões de terra para implementação de suas monoculturas para exportação, transformando os alimentos em *commodities* -, intensifica, por diversas estratégias, a superexploração dos camponeses e suas famílias, e, quanto menos escolarizados, melhor para o agronegócio garantir sobre eles sua insana exploração (Molina, 2015, p. 386-387).

Entretanto, a educação de modo geral, [...] “enquanto projeto de formação humana, independente cor, raça, sexo, religião e classe social, deve ser uma ferramenta para a emancipação e combate a qualquer forma de violências, dentre elas a social, buscando a transformação da realidade dos sujeitos envolvidos (Mendonça,

2023, p. 60). Neste sentido, no que diz respeito ao projeto de campo do capitalismo, Caldart (2015) ressalta que a educação do campo

Precisa trabalhar para que mais gente entenda como funcionam e como se confrontam estes modelos de campo, estas lógicas de agricultura e, principalmente, as contradições que envolvem, e ajudar a formar os trabalhadores camponeses para que potencializem ou desenvolvam ao máximo a lógica de agricultura e o modo de vida de que são historicamente sujeitos, resistindo à expropriação de que são vítimas. Do contrário, o risco é de que as contradições eclodirão em formas cada vez mais destrutivas do ser humano e da natureza, e não fará sentido pensar em EdoC. O cenário de domínio pleno (econômico, político e ideológico) do agronegócio tira o sentido de existência da EdoC, a não ser como ironia de novo batismo para as exigências de uma educação rural modernizada, que se coloca contra os trabalhadores e contra a realização da especificidade da educação como um direito humano universal e em uma perspectiva emancipatória [...] (Caldart, 2015, p. 12).

Diante do exposto, podemos dizer que para a transformação da realidade educacional da população que vive no e do campo, é necessário fortalecer cada vez mais o processo de luta do campesinato em prol da garantia do homem e da mulher do campo de acessar uma educação de qualidade e emancipatória, a educação do campo. Assim, fortalecer, também, a luta contra a classe dominante, o capitalismo, o agronegócio e toda forma de exploração seja ela da força de trabalho ou da natureza.

3.1 Os impactos da mineração nas escolas do campo

Como já exposto no item acima, no que diz respeito a situação educacional brasileira, historicamente a classe trabalhadora, principalmente a mais pobre que tem o território camponês como seu espaço de vida, sobrevivência e resistência, que vive uma realidade de negligência ou negação de seus direitos, a exemplo da educação do campo, dentre outras políticas públicas. Portanto, observa-se que desde outrora, a classe dominante tem desmerecido a classe trabalhadora e beneficiado o capitalismo e seus projetos para o campo que vão além do agronegócio em prol do capital. Ou seja, para além do agronegócio e seu monocultivo⁶, podemos destacar também, a extração de minérios onde a exploração dos bens naturais de modo geral, contribui significativamente à destruição do meio ambiente e interferindo diretamente na qualidade de vida dos camponeses.

⁶ “Refere-se ao plantio de uma **única cultura** realizada, comumente, em **latifúndios**, propriedades rurais de grande extensão exploradas por meio de técnicas de baixa produtividade”. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/monocultura.htm> Acesso em: 31 jan. 2024.

Pois, de acordo com Andrade, Carmo e Henriques (2023),

[...] o agronegócio, apoiado pelo Estado brasileiro – com financiamentos e criação de incentivos fiscais – vem desregulamentando o trabalho e as legislações ambientais, viabilizando toda a estrutura necessária, além da legitimação simbólica do modelo, pautado na falaciosa ideia de desenvolvimento e geração de empregos [...] (Andrade *et al.*, 2023, p. 802).

E se tratando da mineração, os autores ressaltam que “a hegemonia da mineração, via financeirização do mercado – tendo a natureza como capital produtivo – é emblemática no processo de destruição dos territórios nos quais essas atividades se instalam” [...] (Andrade *et al.*, 2023, p. 804). Para melhor compreensão no que se refere aos projetos do capitalismo para o campo, ou seja, o agronegócio e o monocultivo, e a mineração, as imagens abaixo exemplificam cada um deles.

Foto 5 – Agronegócio (Monocultivo de soja)



Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/monocultura.htm>

Foto 6 – Exploração de minério



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/mineracao.htm>

Portanto, [...] “o garantismo do mercado e seus negócios se sobrepõem a todas as formas de vida, naturalizando a sequência de mortes no país em que a brutalidade e a coisificação da vida humana e da natureza chegaram a estágios inimagináveis” (Andrade *et al.*, 2023, p. 811).

Se tratando da educação em meio a tanto desgoverno e desrespeito de quem está no poder para com a população, em especial os sujeitos do campo, podemos dizer que, manter a escola do campo viva em territórios impactados pela mineração tem sido um desafio constante frente as invertidas exacerbadas do capital financeiro, agronegócio e latifúndio. Esse processo tem gerado muitos conflitos no campo e essas disputas territoriais acontecem de diversas formas na tentativa de expulsar os camponeses de suas terras, seja por compra, cooptação ou arrendamento e quando os interesses econômicos percebem que para avançar é preciso usar a força, aparece o braço do estado, a milícias e os assassinos no campo, tirando a vida e matando o sonho de muitos trabalhadores em nome da ganância e do lucro exacerbado.

Neste sentido, Andrade, Carmo e Henriques (2023) reforçam a fala acima ao dizer que

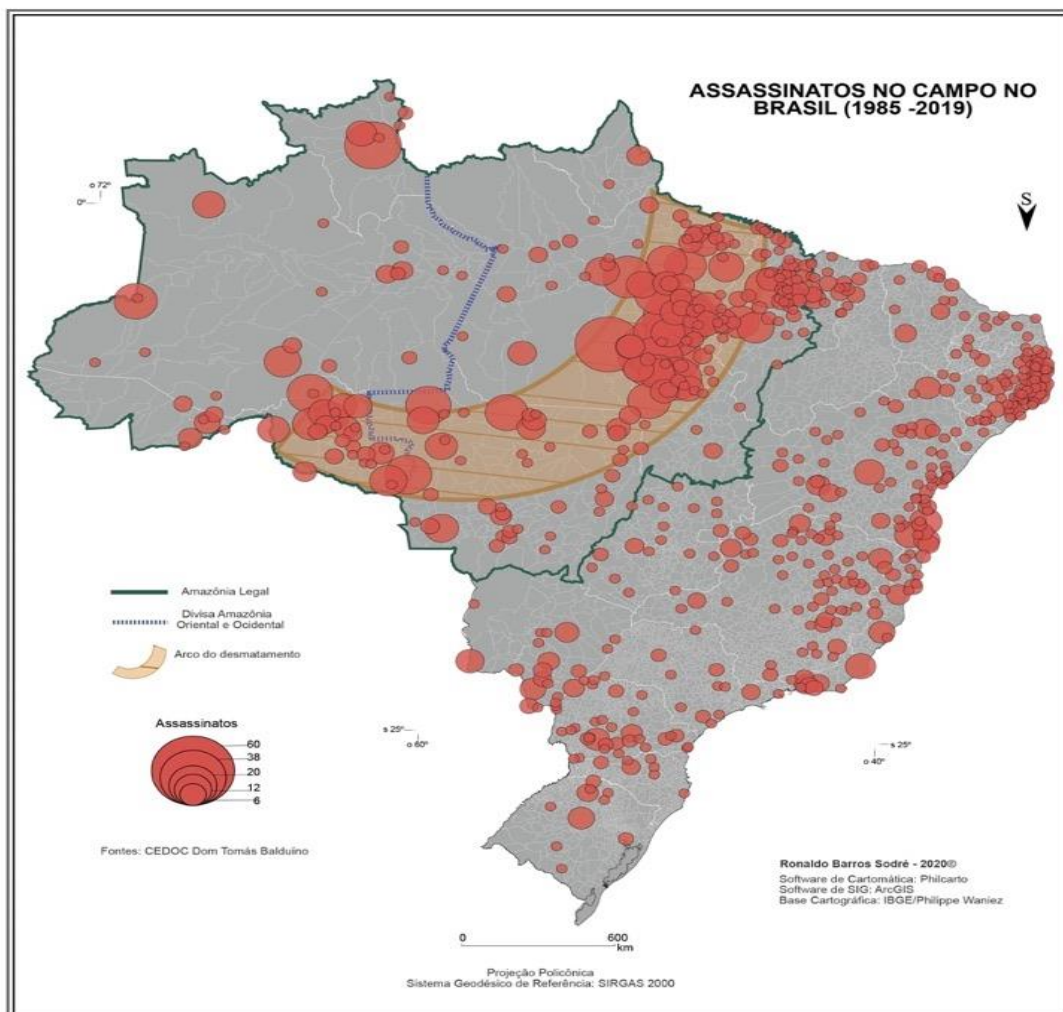
A histórica transferência de riqueza que desencadeia uma série de impactos e conflitos socioambientais, principalmente: a) os saques dos bens naturais; b) os desastres e crimes ambientais; c) os impactos à saúde das populações

do campo causadas, sobretudo, pela exposição/intoxicação por agrotóxicos e contaminação hídrica; d) a concentração de riquezas e de terras; e) perda da biodiversidade em função do desmatamento, da produção de monoculturas e da invasão de territórios indígenas; entre outras práticas [...] (Andrade *et al.*, 2023, p. 810).

O mais agravante de todo esse processo é a impunidade que se faz presente nestes territórios, grande parte dos assassinatos no campo as investigações não encontram os culpados e as vidas são ceifadas de forma cruel e injusta, como aconteceu recentemente com a morte do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, bem como saudosa e aguerrida Dorothy Stang tomou as redes sociais.

De acordo com os dados levantados na pesquisa, os estados brasileiros que constituem o bioma amazônico somam 1.202 assassinatos no campo durante o período de 1985 a 2019. Isso significa que somente a Amazônia convergiu 66,22% de todas as 1.815 mortes relacionadas à questão agrária, ou seja, a luta pela e na terra no Brasil. Tal situação pode ser observada a partir das informações contidas no mapa exposto abaixo que descreve os assassinatos no Brasil entre anos de 1985-2019.

Mapa 1- Assassinatos no campo no Brasil (1985 -2019)



FONTE: Atlas da questão Agrária Brasileira

Existe um crescimento latente de assassinatos no campo, principalmente em territórios marcados pela mineração, madeireiras, garimpo ilegal e agronegócio, como aponta o teórico essa violência está a serviço do grande capital. Os territórios em que existem mais mortes, possuem interesses hegemônicos sobre as terras, a natureza e a biodiversidade e automaticamente ao expulsarem os camponeses do campo, instala-se os grandes projetos agroexportadores, mudando a realidade local, a produção, uso indiscriminado de agrotóxico e máquinas agrícolas, reduzindo o número de pessoas no campo e por consequente, fechamento de escolas campesinas.

Questão agrária é o conjunto dos problemas criados no desenvolvimento da agricultura e da pecuária na sociedade capitalista. Na América Latina os problemas referentes à questão agrária estão relacionados à intensa

concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, desemprego e exclusão dos camponeses, indígenas e trabalhadores assalariados. Por causa desses processos, surgem diferentes formas de resistências, como por exemplo: a luta pela terra, pela reforma agrária e por condições dignas de trabalho. Os confrontos entre processos expropriatórios e formas de resistência geram extrema violência contra os camponeses e assalariados, produzindo conflitualidades, que são divulgadas cotidianamente pelos meios de comunicação (Fernandes, 2005, p.46).

Para além das formas de resistir ao capitalismo e suas ações, podemos destacar a educação do campo com uma ferramenta de suma importância para o fortalecimento das formas das resistências. Pois, de acordo com Meira (2019),

A educação do campo busca combater a invasão perversa das grandes indústrias do agronegócio que são as principais responsáveis pela ocupação do campo brasileiro, com o uso intensivo de agrotóxicos, através da produção agrícola em larga escala, e a exploração das riquezas minerais, como no caso das grandes mineradoras espalhada pelo país com potencial econômico acima das condições e possibilidades das pessoas que moram no campo (Meira, 2019, p. 189).

Segundo Mendonça (2023), historicamente, a partir da industrialização nos territórios brasileiros nos anos 60,

[...] a visão dos governantes era de que os trabalhadores camponeses deveriam deixar suas casas, suas comunidades e mudarem para a cidade para trabalhar nas indústrias, ou seja, visando a exploração da força de trabalho dos sujeitos do campo e gerar capital. Contudo, começou o fechamento das escolas no campo brasileiro, deixando os trabalhadores que viviam no e do campo sem acesso à escola, tirando-lhes o direito de estudar sem sair do lugar onde viviam (Mendonça, 2023, p. 38).

Neste sentido, os confrontos entre camponeses e o interesse do grande capital, não são simples disputas, pois a força e o poder hegemônico do agronegócio ou da mineração, por exemplo, são capazes de expulsar e expropriar estes povos de seus territórios, causando fechamento de escolas, degradação do meio ambiente, inchaço populacional, expulsando vez os camponeses do território em que vivem e criam a sua existência.

O estado por sua vez, a serviço também destes grandes empreendimentos, provoca o fechamento de escola por falta de estrutura básica para o funcionamento da escola do campo, primeiro acontece um processo de sucateamento estrutural e pedagógico e logo em seguida o poder público fecha a escola e leva os estudantes para escolas polos. Assim, de acordo com o MST,

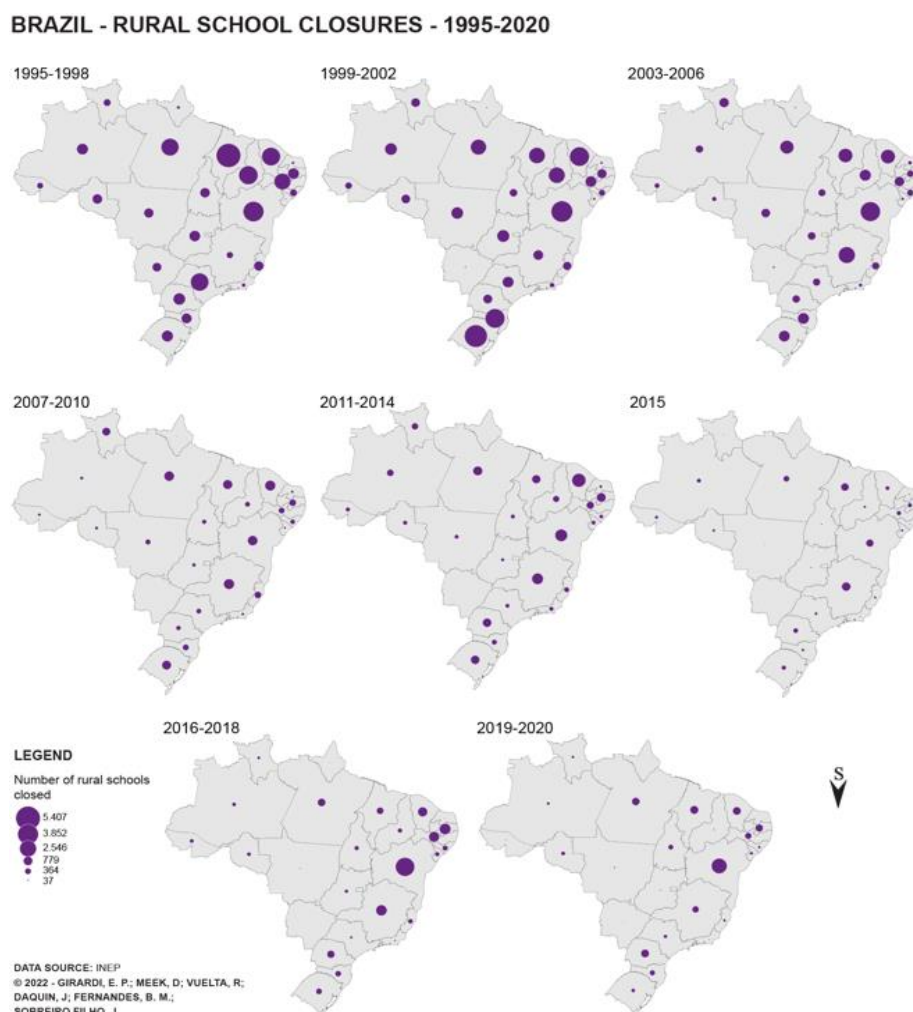
É preciso que muito mais gente entenda que a lógica assumida pelo Estado em relação à produção agrícola é a mesma lógica assumida para exacerbar a mercantilização da educação; que o mesmo Estado com o qual disputamos políticas públicas de educação para os trabalhadores do campo é o que está

garantindo volumosos recursos públicos para fortalecer o modelo agrícola do agronegócio, mesmo sabendo que esse modelo reduz drasticamente o número de trabalhadores no campo (MST, 2001, p. 20).

Se tratando das atividades de quem está no poder no que diz respeito ao fechamento das escolas do campo, Mendonça (2023) afirma que, “a ação da classe dominante de fechar escolas camponesas é uma realidade que só aumenta e que infelizmente é vivida por milhares de camponeses” no Brasil (Mendonça, 2023, p. 121).

O fechamento de escola do campo é prova viva do processo de desterritorialização dos camponeses de seu lugar de vida e de produção de subsistência que é o campo, no qual os camponeses historicamente vêm construindo a vida numa lógica contra hegemônica, trazendo para o debate a produção de alimentos saudáveis e construindo em seus territórios a Educação do campo.

Mapa 2- Fechamentos de Escola no Brasil (1995-2020)



FONTE: José Sobreiro e David Meek – 2022.

Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2019 – 313 escolas
Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2020 – 281 escolas
Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2021 – 322 escolas
Escolas rurais extintas no ano do Censo de 2022 – 178 escolas
Escolas rurais paralisadas no ano do Censo de 2022 – 353 escolas

A disputa por esse território é acirrada, disputam as terras, a produção, e também a educação. A Vale, possui diversos projetos educacionais que tentam de forma hegemônica adentrar o espaço escolar de escolas que estão localizadas em territórios cortados por mineração.

O processo de desterritorialização dos camponeses das suas terras vão acontecendo aos poucos em resultado a um processo de expansão da mineração sobre os territórios dos camponeses, e esse processo tem sido legitimado pela ação do Estado.

Programas educativos como “Educação nos Trilhos” da Fundação Vale estão adentrando os territórios camponeses de forma latente, projetos que utilizam de pautas de relevância sociais como processo de alfabetização e letramento, racismo estrutural, questões educativas sobre gênero e diversidade com proposta pedagógica que visam estreitar os laços entre a mineradora Vale e os camponeses da região impactada.

A metodologia de trabalho, por meio da gestão compartilhada e em permanente articulação interinstitucional, fará uso de uma matriz de responsabilidade, que define com precisão as atribuições de cada instituição envolvida dentro do cronograma físico do Projeto. Essa matriz permitirá um maior controle dos riscos e das metas realizadas, a fim de que sejam obtidos os melhores e mais amplos resultados. A característica participativa e mobilizadora dessa metodologia, envolvendo estudantes, educadores e comunidades, proporciona um impacto social em benefício do desenvolvimento territorial de forma cidadã e sustentável (Termo de cooperação, 2022, p. 10).

Como os conflitos são constantes na região de Carajás a mineradora constrói essas pontes de diálogo para adentrar os territórios camponeses, conhecer as escolas, as propostas pedagógicas, e aos poucos inserir a sua concepção de ensino e de projeto hegemônico de dominação. Desta forma a escola se torna um espaço em disputa territorial, tendo em vista que o Movimento Sem Terra ao longo da sua história construiu uma pedagogia pautada em valores sociais, culturais e humanos, onde o valor humano está acima dos interesses do capital financeiro.

O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento. É para esta

pedagogia, para este movimento pedagógico que precisamos olhar para compreender e fazer avançar nossas experiências de educação e de escola. A pedagogia do MST, hoje, é mais do que uma proposta. É uma prática viva, em movimento. É desta prática que vamos extrair as lições para as propostas pedagógicas de nossas escolas, nossos cursos, e também para refletirmos sobre o que seria uma proposta ou um projeto popular de educação para o Brasil (MST, 2001, p. 19).

A proposta pedagógica que Movimento Sem Terra vem construindo ao longo de sua história está pautada na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é uma pedagogia viva e em movimento que tem avançado em concepções de escolas do campo debatem a vida no campo e a relação com a natureza de forma indissociável, mas esse processo sempre foi uma disputa com o grande capital, o trabalhadores historicamente disputaram territorialmente a terra para construir os seus sonhos e seus projetos de sociedade.

Se os sem-terra tivessem acreditado na “morte da história”, da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia do testemunho do amor à liberdade; se tivessem acreditado que a crítica ao fatalismo neoliberal é a expressão de um neobobismo que nada constrói; se tivessem acreditado na despolitização da política, embutida nos discursos que falam que o que vale hoje é “pouca conversa, menos política e só resultados”, se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para as suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada. A eles e elas, Sem Terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem teto, dos sem escola, dos sem hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível (Freire, 2003, p. 60-61).

Aqui Paulo Freire tece uma importante reflexão sobre a insistência da luta do MST por justiça social, pela democratização da terra e dos que desejam mudar a sua própria história. Enfatiza a relevância desses movimentos sócio territoriais que buscam constantemente ocupar e construir territórios contra hegemônicos e de consolidação de um projeto de educação para a classe trabalhadora.

A proposta que é apresentada para as escolas de territórios cortados pela mineração de Carajás pauta esses espaços como se a educação fosse hegemônica e fortalecem a ideia de que a exploração mineral é benéfica a região. Apontam a exploração mineral como “sustentável”, enraizando a ideia que a responsabilidade de preservar a natureza é dos que estão ao entorno da ferrovia, não da empresa, que na verdade é a que mais explora a mineração de forma exacerbada.

Temas como meio ambiente, queimadas, segurança nos trilhos, sustentabilidade e busca ativa escolar. Fazem parte das questões que são abordadas nas escolas de territórios impactados pela mineração. Essas temáticas trazem para o centro do debate o papel da mineradora Vale no percurso formativo dos sujeitos dessa região.

Neste processo existem uma disputa silenciosa de projetos, a grande mineração e os camponeses que construíram suas escolas historicamente com a pedagógica do campo. O progresso mineral é apontado nestes processos formativos pelas fundações contratadas para ministrar cursos na rede de ensino como única possibilidade de vida neste território, a mineração neste sentido, seria a mola que move o povo desta região.

O projeto foi desenvolvido pela Fundação Vale e Getúlio Vargas, para tender os 24 municípios localizados ao longo da Estrada de Ferro Carajás. De acordo a proposta pedagógica o projeto “Trilhos da Alfabetização” tem como objetivo garantir que todas as crianças do 1º, 2º e 3º anos das redes públicas de ensino dos 24 municípios o direito à aprendizagem de qualidade, em permanente diálogo com a sua realidade. O projeto aponta a garantia de formação profissional dos educadores lotados nas escolas destes territórios.

O Programa Trilhos da Alfabetização busca contribuir para a alfabetização plena de crianças nas escolas públicas dos 24 municípios localizados ao longo da Estrada de Ferro Carajás, no Maranhão. As ações contemplam formação das equipes técnicas das Secretarias Estadual e Municipais de Educação, dos educadores e a mobilização da comunidade escolar para a alfabetização. A iniciativa é realizada em parceria com os 24 municípios do Consórcio Intermunicipal Multimodal (CIM) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (Programa trilhos da alfabetização, 2022, p. 01)

É um consórcio que interfere diretamente na dinâmica educacional inculcando valores e perspectivas empresariais na educação de forma hegemônica em todos esses territórios. A interferência acontece em toda educação.

As escolas compõem, junto com os locais de trabalho, o território de excelência onde as empresas exercem o controle de conteúdo, métodos e narrativas. O impacto negativo dessa característica manifesta-se nas interferências do capital mineral sobre os projetos pedagógicos, sobre as formas como se ensina e sobre os conteúdos ensinados. As empresas são difusoras da “cultura de obra” na educação, por meio da qual garantem a reprodução da hierarquia das corporações nos espaços escolares. Substituem o lugar educacional por uma formação profissional. Trabalhadores e trabalhadoras, seus filhos e filhas, são induzidos a optar por cursos que atendam às necessidades das empresas, não necessariamente aqueles cursos em que as pessoas almejam ingressar. O discurso e a prática das empresas naturalizam o trabalho na mineração como o destino das/dos estudantes (Zonta, 2022, P. 72).

O interesse da mineradora Vale em interferir na formação pedagógica de escolas de territórios de mineração tem uma intencionalidade, formar mão de obra para seu projeto de expansão mineral, bem como, difundir uma ideologia da prosperidade mineral e empresarial, pois a própria empresa compreende que não existem vagas de trabalho para todos os sujeitos que vivem na região de implantação de grandes projetos de mineração, no entanto, disputar os espaços formativos, as escolas desses territórios, por exemplo, é conhecer a comunidade, neutralizar e pacificar os possíveis conflitos, propagando a imagem de uma empresa preocupada com a educação e a sustentabilidade das áreas de exploração mineral.

Empresas do setor mineral, para dominarem o território, mapeiam e capturam lideranças, neutralizam ou cerceiam resistências e disputam, com a escola, a hegemonia do discurso e os sonhos de vida dos jovens. Ao afastarem do ambiente escolar a discussão sobre impactos e riscos aos quais a comunidade está submetida pela mineração, as empresas amortecem a crítica à minério-dependência e retardam a busca por alternativas econômicas para a comunidade (Zonta, 2022, P. 72).

Essa disputa pelo espaço da escola é uma disputa territorial e ideológica, é uma maneira de silenciar a vozes conflituosas que ocupam essas comunidades, o discurso do “progresso” impede a crítica ao processo de exploração mineral e impactos ambientais. O debate sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ocultam o rastro de impactos e destruição causados em todas as comunidades cortadas pela linha de ferro Carajás.

O processo de mercantilização da educação tem sido latente e uma disputa acirrada nos territórios cortados pela mineração. As grandes empresas da educação têm assumido um debate dito “progressista” na perspectiva de camuflar o processo de domínios sobre os territórios. Pautas como preservação da natureza, meio ambiente e sustentabilidade, energias renováveis, tem adentrado os territórios e disputa o projeto de educação do campo.

A proposta de formação pautada pelos bancos e empresas carregam um projeto ideológico de formar o homem. Neste sentido, nos perguntamos que modelo de ser humano está em curso nestas formações? Esse modelo empresarial coloca em pauta a

Integral do homem baseado na Base Nacional Comum- BNCC, com ênfase nas 10 competências. Este processo não se coloca como neutro, mas carrega uma forte ideologia de dominação, apontando uma padronização dos sujeitos e adequação ao modelo de homem e ideal de sociedade contemporânea empresarial.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BNCC, 2017, p 9).

Das 10 competências, 06 são as chamadas de competências socioemocionais. As competências socioemocionais entram para o debate na perspectiva de trabalhar as emoções, a superação das dificuldades enfrentadas na vida profissional. Bem como a reinvenção do homem frente ao processo de fracasso gerado pelo capitalismo atual.

A financeirização da educação constrói a formação nesta perspectiva. A resiliência é apontada como uma primícia para esse sistema que tem intuito de formar pessoas acríticas ao sistema capitalista.

Exemplo caro, é como o sistema financeiro tem avaliado o processo de uberização, como processo de superação, resiliência e superação. Autonomia dos trabalhadores, nas entrelinhas, é um apontamento para o não questionamento do sistema econômico, por isso, as empresas de mineração têm voltado seus interesses na educação, pois é uma disputa de projetos e diminuiu as possibilidades de conflito.

Por meio de programas de palestras, visitas e cursos, as empresas interferem na formação de docentes e gestores. As empresas, ao proferirem discurso que atrela oportunidade de emprego e melhoria das condições de vida ao desempenho da produção, redirecionam expectativas de jovens estudantes e, assim, capturam as trajetórias escolares. Logo, as empresas influenciam as formas de pensar e agir da comunidade escolar e remodelam opções formativas. No capitalismo, a produção do conhecimento também é palco de controle, como exemplifica (Zonta, 2022, P. 73).

Nos acordos de cooperação estabelecidos entre as secretarias de educação em territórios ocupados pela mineração, são pautados a formação desde a equipe pedagógica até os alunos e diálogo com as famílias e adentrando os territórios campestres de forma institucional.

A Gestão Compartilhada, nesse Acordo de Cooperação entre Fundação Vale, Prefeitura de Parauapebas e Secretaria Municipal de Educação 10 sentido, previne a ocorrência de ações isoladas e sobreposições de procedimentos e atos entre as instituições envolvidas, oferecendo condições favoráveis ao desenvolvimento educacional da região com eficiência, foco e vitalidade. Estão previstas reuniões de planejamento e coordenação com gestores escolares, técnicos das secretarias e educadores das equipes do programa nas Secretarias de Educação, da Fundação Vale, da Fundação Getulio Vargas e de demais parceiros. Nessas reuniões, alinham-se conceitos, desenham-se o planejamento pedagógico e operacional e o sistema de acompanhamento permanente (Programa trilhos da alfabetização, 2022, p. 02).

Apesar das inúmeras formas de silenciar os territórios cortados pela mineração, é impossível silenciar a ferida aberta da exploração mineral nesta região, pois as próprias comunidades que a minerado oferta formação educacional se mobilizam e denunciam a perda do território, da autonomia, os impactos ambientais, econômicos, políticos e sociais sofridos pelos sujeitos que vivem nestas regiões.

Em março de 2023, o assentamento Palmares novamente foi prova clara que é muito difícil silenciar os trabalhadores quando ameaçam seus territórios e sua própria subsistência. Embalados com a proximidade do “Abril Vermelho” o que MST, mobilizou os dois importantes assentamentos de Parauapebas- Palmares I e II, para

encampar um importante luta para pautar melhorias nas infraestruturas dos assentamentos como vicinais, estradas, pontes que são destruídas constantemente pela movimentação causada pelos serviços de exploração mineral.

Assentados e estudantes do Ensino Médio ocuparam a estrada que dá acesso ao assentamento, impossibilitando as carretas, ônibus, terceirizadas da Vale a trafegarem por nosso assentamento, umas das principais foi a construção da escola de Ensino Médio na Comunidade. Esta mobilização mais uma vez foi pouco de denúncia e de luta por direito para os filhos dos trabalhadores do campo, pudessem de ter acesso a uma escola de ensino médio para estudarem e construírem seus sonhos enquanto juventude Sem Terra. A mobilização durou cerca de três dias de intensos confrontos.

Foto 7 - Estrada de acesso ao assentamento Palmares e a mineradora Vale



FONTE: Arquivo do autor 2023

Foto 8 - Estudantes do ensino médio na ocupação da estrada



FONTE: Arquivo do autor 2023.

A luta que durou cerca de três dias, resultou em muitas conquistas, dentre elas a construção da Escola de Ensino Médio da Comunidade, mas também em muitos processos dos que estavam nesta empreitada conflituosa. Neste caso, como diretor escolar fui arrolado ao processo pela luta pelos direitos dos estudantes.

Cuida-se de ação inibitória ajuizada pela SALOBO METAIS S/A em face do MST (Movimento Sem Terra), MORADORES DA VILA PALMARES SUL e II, TITO MOURA (direção estadual do MST), ANTÔNIO MARCOS (conhecido como Félix Palmares II), ASSIS FRANCISCO (Vila Três Voltas), MESSIAS SILVA MARQUES (diretor de Escola Municipal na Palmares II), EVALDO FIDELIS E OUTROS. À luz do exposto, DEFIRO o pedido liminar inibitório para determinar que os réus desocupem a rodovia Faruk Salmem nas proximidades da rotatória das vilas Palmares Sul e Palmares II que dão acesso ao SALOBO, retirando-se imediatamente das áreas interditadas (caso ainda continuem quando do cumprimento da medida), a partir do recebimento da intimação desta decisão, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hora, limitada ao valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada individualmente a cada réu citado/intimado, bem como aos demais identificados no local (TJPA).

Os conflitos são constantes neste território e as lutas não se encerram por aqui, pois os trabalhadores Rurais Sem Terra, lutam constantemente manter seus territórios vivos, tem sido um processo doloroso de muitos enfrentamentos. Lutar contra o poder hegemônico em nossas áreas cortadas pelo poder da mineração não tem sido uma tarefa fácil. Nossas escolas que são espaços de disputa também seguimos com a pedagogia da luta, debatendo com as crianças e a juventude a construção de uma proposta pedagógica e um currículo vivo de resistência em que valores como a

agroecologia, agricultura familiar, territórios saudáveis e construção coletiva façam parte de nossa história.

4 A POESIA DE CHARLES TROCATE E A DIALÉTICA COMBATENTE

Compreender a arte e a literatura como processo de humanização não é uma tarefa fácil, pois neste processo é preciso romper e superar alguns paradigmas históricos e teóricos que colocam a arte e literatura separados da vida e de suas contradições. Nesta perspectiva, a arte e a literatura para os movimentos sociais tem sido um instrumento de luta, de combate, de denúncias e principalmente de revelar as disputas territoriais.

A produção artística e literária em territórios em conflitos, tem revelado essas contradições, seja pela escrita, pela manifestação artística corporal, pela leitura e outras diversas formas que arte se faz latente na reprodução da vida.

Nesta perspectiva, a produção artística em territórios em disputa tem manifestado um lado na história, revelado que não existe neutralidade na produção artística, pois o escritor, ao produzir uma obra artística relevará as contradições vividas nesse território.

O foco dos estudos literários é fundamentar nossa compreensão pela lógica dialética, que como parte do trabalho humano, constitui-se de contradições, e tendo-a como estudo, possamos construir um diálogo crítico e reflexivo para as questões atuais. Pois, assim como Marx estudou as contradições da sociedade para chegar a uma compreensão lógica explicando o funcionamento do capital, na literatura é preciso compreender as formas, ou melhor, a estética, para chegarmos à compreensão da formação da literatura brasileira, e de um sistema literário desenvolvido a partir de um aspecto histórico e social ligando a realidade ao complexo da vida. Dessa forma, compreender o processo da formação da literatura Brasileira é de fundamental importância no processo da formação do sujeito, em seus aspectos: humano, político, cultural e social.

A literatura como fruto do trabalho humano é resultado da sociedade, embora sendo uma produção individual, é também histórica partindo da própria vida social, não tendo ela como pano de fundo, mas se constituindo como a própria matéria prima desse fazer artístico. Para tanto, a arte literária pressupõe um indivíduo que assume a iniciativa da produção da obra. Mas não pertence, mas a ele. O escritor lírico ou de romance se escreve sozinho, parte de uma angústia interior que é também de um coletivo que se universaliza, desse modo um problema particular torna-se um conflito de todo um povo. De acordo com Candido:

O que chamamos arte coletiva é a arte criada pelo indivíduo a tal ponto identificando às aspirações e valores do seu tempo, que parece dissolver-se nele, sobretudo levando em conta que, nestes casos, perde-se quase sempre a identidade do criador-protótipo (Candido, 2006, p. 34).

A obra de arte retrata uma época, pois embora livre, o artista está inserido na sociedade e é também um produto histórico do meio, influenciando e sendo influenciado por ele. Portanto, na literatura:

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas; e estas, agindo, permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo. (Candido, 2006, p. 34)

Sendo assim no lirismo o sentimento que pode começar como individual torna-se local e posteriormente se constitui como universal. O social precisa ser concebido não como fator externo, mas como parte integrante da obra estando ele em sua estrutura precisando aos críticos, certo cuidado para não supervalorizar esse fator em detrimento do valor estético. Pois ambos são igualmente importantes para um completo estudo literário.

Com efeito, todos sabemos que a literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais. Mas, daí a determinar se eles interferem diretamente nas características essenciais de determinada obra, vai um abismo, nem sempre transposto com felicidade. (Candido, 2006, p. 20).

Embora sabendo que o social é essencial e imprescindível para a obra literária talvez ele não seja determinante para ela, já que é um misto de vários outros fatores que vão constituí-la, pois embora parta da realidade, possui a sua própria realidade que é a liberdade artística, não sendo apenas histórica, mas, mais que isso é uma recriação da história, ou seja, “a história da história”

Esta liberdade, mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão da fantasia, que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva; de tal maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica. Tal paradoxo está no cerne do trabalho literário e garante a sua eficácia como representação do mundo. (Candido, 2006, p. 21).

Quem sabe a contradição seja a característica principal da literatura, se assim não fosse, ela seria apenas imitação da realidade deixando o caráter estético comprometido, tornando-se documento que se cristaliza em uma determinada época.

Essa liberdade da obra permite a sua autonomia, mostrando a essência histórica através da contradição, independente da vontade do autor, a liberdade da obra a transcende, pois o fazer artístico está acima do desejo do próprio escritor.

À criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos, de tal maneira que a explicação dos seus produtos é encontrada, sobretudo neles mesmos. Como conjunto de obras de arte a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões. Mas na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas. (Candido, 2009, p.05).

Partindo dessa afirmação, podemos concluir que embora exista essa liberdade, ela de certa forma não é absoluta, pois estando a literatura dentro de um sistema e tendo que corresponder a certos padrões e atender alguns requisitos, a ligação com a sociedade tende a ser uma das características fundamentais.

Em “O direito a literatura”, o ponto do debate é a ficção como uma necessidade fundamental do ser humano, onde a literatura é tida como elemento humanizador, o autor faz uma espetacular abordagem sobre a importância da literatura na vida do ser humano, ele discute literatura como um bem imprescindível e que todos precisam ter acesso. Candido afirma que a literatura não é apenas uma disciplina a ser estudada, literatura para ele é um bem sócio econômico, como qualquer outro na sociedade.

A função da literatura está ligada à complexidade de sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mais humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (Candido, 1995, p. 244).

Candido neste ponto, defende a literatura como importante processo humanizador e contraditório, a contradição na literatura é um elemento que contribui para uma análise do que seja a própria representação literária. Neste caso, o autor aborda a literatura como um bem social e como tal deve ser acessível a todos. O autor continua sua reflexão sobre a função da Literatura na obra “literatura de dois Gumes”, mostrando a dialética existente na obra literária. Ao negar ela afirma, ao condenar absolve e abre possibilidades para vivermos dialeticamente:

A literatura, confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por

isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (Candido, 2007, p.37).

É na própria contradição da arte que está seu valor, que parte da incompletude da obra, pois esta depende também do leitor para se completar, adequando-se as várias tendências e visões de mundo, possibilitando alternativas, não estando fechada ou quem sabe até estando, e não sendo ao mesmo tempo.

Para compreender o processo da produção literária é imprescindível refletir sobre o projeto literário de uma determinada obra, e isso, não é tarefa fácil. Cada autor tem sua singularidade e particularidade literária e o pesquisador precisa a partir de um estudo minucioso tecer análises que fundamentam suas teses.

Discutir literatura nacional é um grande desafio, e, pode para muitos se tornar um algo cansativo, no entanto, as reflexões acerca desse tema não se esgotam, assim como não se limitam a velhos paradigmas, mas ampliam os debates e reflexões acerca da arte literária. O processo de produção histórica literária passou por inúmeras etapas até então se tornar de fato ter um sistema literário consolidado em nosso país e podemos classificar em três importantes conceitos da produção literário denominado por Candido de Consciências amena, Catastrófica e Dilacerada do atraso (Candido, 2006).

Esses três conceitos básicos o teórico faz uma importante abordagem sobre a consciência do atraso em que o país se encontrava, mostrando assim as contradições de um país que vive um “progresso” que na verdade é o mais irreversível regresso, pois neste sentido a condição do avanço, é o atraso irreversível, os debates sobre a consciência foram de fundamental importância para a produção da literatura brasileira.

A ideia de consciência amena do atraso pairou num período histórico em que a ideia de país novo, potência nacional, produziu-se uma literatura que agregava aos fatores humanos, as belezas naturais, egocentrismo nacional, visão pitoresca, idealização da natureza, da imagem do nativo, engajamento social, aos dramas humanos, ocasionando um modo exótico de ver o Brasil, um patriotismo exacerbado. De acordo com Antônio Cândido

A ideia de pátria se vinculava estreitamente à de natureza e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social (Cândido, 1989, p. 141).

A arte literária estava presa as forças naturais, grande otimismo e exaltação de uma sociedade que desde cedo já estava fadada a barbárie, não era perceptível ver a própria condição em que o país se encontrava, a grande esperança era que essa grande nação “Brasil” estava progredindo a passos largos e a produção literária devia mostrar essa nossa riqueza exuberante.

A consciência do subdesenvolvimento como mudança de perspectiva, que evidenciou a realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante [...] consciência do subdesenvolvimento e posterior à Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos de 1950 (Candido, 1989, p. 192).

A decadência do otimismo social ocorreu quando o surgiu a ideia de subdesenvolvimento do país, isso a partir do século XX, tendo uma consolidação após o término da Segunda Guerra Mundial. Todas nossas contradições sociais e econômicas afloram e a perspectiva de uma nação nova, emancipada, são deixadas de lado devido a condição de país pobre e impossibilitado de crescer.

Descartando o sentimentalismo e a retórica; nutridade elementos não-realistas, como o absurdo, a magia das situações; ou de técnicas antinaturalistas, como o monólogo interior, a visão simultânea, o escorço, a elipse - ela implica não obstante em aproveitamento do que antes era a própria substância do nativismo, do exotismo e do documentário social. Isto levaria a propor a distinção de uma terceira fase, que se poderia (pensando em surrealismo, ou super-realismo) chamar de super-regionalista. Ela corresponde à consciência dilacerada do subdesenvolvimento e opera uma explosão do tipo de naturalismo que se baseia na referência a uma visão empírica do mundo (Candido, 1989, p. 161)

A partir do momento em que o país saiu de uma consciência amena, a ideia de nação foi fracassada, o país começou a ver realmente a condição de caos em que vivia, a produção literária iniciou uma nova fase, em que o otimismo e deixado de lado e a realidade começa aparecer não como uma mera representação natural dos fatos, mas uma reflexão vivia da realidade, ou seja, as obras literárias mostram a partir deste momento uma consciência Catastrófica e dilacerada do atraso.

A formação do sistema Literário de nossa literatura nacional, foi um processo complexo e em diversas etapas importantes para compreendermos a importância da arte para apontar as contradições de nossa sociedade.

Para que chegássemos a termos de fato um sistema literário, passamos por diversas fases de produção artísticas, muitos poetas, escritores e teóricos tiveram a participação efetiva no processo de consolidação de um Sistema Literário Nacional.

Hoje o Brasil temos um sistema literário nacional, um conjunto de obras consagradas e muitos escritores renomados na história da literatura. Em meio a esse processo contraditório de um país periférico que forma um sistema literário antes de mesmo de se formar enquanto nação, nos faz compreender a força motriz que possui a própria arte literária, acreditamos que com as análises e discussões que traçaremos no decorrer dessa produção poderemos compreender a capacidade de transformação da sociedade que existe na literatura.

Para início dessa reflexão buscaremos elementos que nos possibilitarão compreender a gênese da questão, faremos isso com análise de dois textos literários um trecho da obra de José de Alencar e um trecho da obra Caetés de Graciliano Ramos.

A obra de José de Alencar "Iracema" foi escrita no Romantismo período em tínhamos uma literatura empenhada na perspectiva de formação de uma nação livre dos grilhões europeus, as obras desse período podemos dizer que teve um certo rompimento com o estilo barroco e árcade, o romantismo tinha como principal tema de produção artística o nacional. Na obra Iracema, por exemplo, está predominante o ufanismo romântico, a figura da índia Iracema aparece de forma idealizada, "virgem dos lábios de mel" representando a beleza do país, a natureza, as riquezas e a potencialidade de ser uma nação livre e autônoma. No romantismo existe uma necessidade do país se afirmar enquanto nação, por isso as obras produzidas nesse período vão transpor esse desejo utópico.

A obra de Graciliano Ramos pertence ao Modernismo, a figura do índio na obra o Caetés já não é idealizada como no romantismo ufanista, tem-se uma realidade totalmente diferente pois a literatura desse período já tem consciência que a o modelo de nação que os românticos sonharam nunca aconteceu o país não conseguiu ser uma nação, de fato todas as promessas idealizadas ficaram pelo caminho o que se tem em Caetés é a figura do índio como falido, dizimado pelos 400 anos de exploração de uma sociedade predestinada ao fracasso.

A figura de Iracema representa muito mais que uma índia brasileira é a idealização de uma nação rica e soberana, o encontro dela com o guerreiro branco é uma metáfora do encontro da cultura indígena e europeia. A natureza na obra de José de Alencar aparecer como elemento fundamental na construção artística do escritor.

A crítica literária considerou esse período como ufanismo romântico, pois deixava aparecer em suas obras o conceito de nacionalidade. A crítica também ainda nos alerta sobre o empobrecimento da arte, pois quando se tem uma obra empenhada e elaborada com o certo propósito, muitas vezes, a arte não consegue assumir o seu papel.

A literatura é uma ferramenta que possibilita representar um problema social carregada de sentido, de senso ideológico e tem o poder de alienar, centralizar, conscientizar, negar e de denunciar o que está sendo posto, ou até mesmo, justificar e analisar criticamente a realidade de um problema cotidiano. No entanto, quando ela tem a necessidade de fazer isso, acaba não fazendo, pois, as contradições aparecem no próprio fazer artístico e é inerente a vontade do escritor, segundo Candido (2007) “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate fornecendo possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Candido, 2007, p. 29). Por isso muitas das obras do romantismo foram criticadas pela sua própria forma, pois elas tinham um certo compromisso social de fazer do país uma nação de verdade.

No caso de José de Alencar não menosprezamos a forma artística de escrever, até porque este autor teve um importante papel na formação de nosso sistema literário e suas obras são riquíssimas. O que queremos enfatizar nesse texto é que na literatura não existe uma necessidade imediata de se falar do real ou seja do local, ao fazer isso o autor deixa o texto “pobre” e ao pensar que está escrevendo do local ele acaba falando do universal mesmo sem saber. Pois a literatura pela sua própria natureza dá a ver o que ideologia esconde. Podemos dizer que em José de Alencar existe um trabalho literário com uma intencionalidade diretamente ligada ao patriotismo nacional. Percebemos isso no próprio nome da obra em discussão IRACEMA que constitui o nome AMERICA. Está obra faz uma crítica a ocupação do país pelos europeus, mas ao mesmo tempo faz uma certa exaltação de nossa nação.

Existem muitos elementos que exaltam a natureza numa perspectiva de mostrar a força que o país tem para crescer, as palavras “selva, orvalho, flores, natureza, folhagem, mata” podem explicitar uma certa pureza do país que de certa forma foi usurpada pelos europeus colonizadores. Mas, de certa forma, também pode revelar que a nação já se acostumou com o modelo imposto e agora o que resta é construir uma nova nação sem a intervenção de fora, após a barbárie, é hora de todos se assumirem enquanto brasileiros, as duas culturas podem viver juntas a partir

daquele momento.

Na obra de Graciliano Ramos “Caetés”, percebemos a figura do indígena de uma maneira totalmente diferente da indígena Iracema. É um indígena que teve suas terras dizimadas de maneira exacerbada, não existe nenhum tipo de patriotismo é prova de que aquela nação que os românticos tanto sonharam nunca aconteceu. Mostra bem claro a consciência catastrófica do atraso e já aponta para a consciência dilacerada do atraso.

Nesse texto, temos uma consciência catastrófica do atraso e certeza que o projeto de nação que o país projetou era uma utopia ufanista, o texto é narrado em 1ª pessoa, o autor assume a voz do nativista falando de sua condição social, condição essa que não lhe permitiu viver, a forma como foi usurpado sua vida: “Não ser selvagem! Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora? Quatrocentos anos de civilizações, outras raças outros costumes”.

Em Caetés não existe ideia de nação, encontro de culturas na verdade foi o genocídio de uma raça sobre outra. Não há mais esperança alguma quanto a humanidade, não sobraram possibilidades de vida, apenas “luzes indecisas, espalhadas”, ou seja, pouquíssimos índios que ainda restam oprimidos em reserva. Não queremos aqui comparar os dois textos analisados na perspectiva de riqueza estética, o que queremos é compreender qual foi a importância desses processos para formação de um sistema literário nacional.

No texto de caetés já existe a consciência de que vivemos na barbárie, deixa ver pelo próprio trabalho estético que conseguimos avançar do ponto de vista da literatura, no entanto, a nação não conseguiu se formar, ficou apenas na idealização.

O texto de Iracema e Caetés possuem uma coisa em comum, se ligam e se articulam pelas ideias de terra e nação, esses dois fatores foram imprescindíveis para formação do Sistema Literário Nacional. Logo após esse momento histórico a literatura vive a consciência dilacerada do atraso e aponta possibilidades, não só reconhece sua condição de nação periférica, mas reflete sobre a própria condição de barbárie do país e como subverter essa ordem. A partir do momento que a literatura volta para si mesma se cria uma maturidade estética isso vai permitir a formação de nosso Sistema Literário nacional. Nesse momento, precisamente a partir de Machado de Assis, as obras vão conseguir representar a realidade de uma forma diferente, uma

realidade invisível que mostrava de forma dialeticamente que a nação estava impossibilitada de crescer e que o progresso que tanto os romancistas sonharam nunca chegaria nesse ponto de partida sai do local e discute algo universal.

Como entender então a possibilidade de uma formação do sistema literário se o país era periférico? Essa é uma questão que talvez nos tenha chamado mais atenção nesse trabalho, ou seja, o poder da criação artística está na próprio fazer artístico. Dessa forma, podemos entender que a literatura é uma arte autônoma e por isso foi capaz de formar um sistema, mas principalmente conseguiu se formar quando refletindo sobre se mesma percebeu suas contradições e reelaborou sua autocrítica para então conseguir avançar de um ponto de partida maduro e consciente de sua natureza. Em nossa atualidade, corremos um certo risco, perder esse poder que a arte literária possui que é mostrar o que a ideologia esconde através de sua estética artística, devido ao processo de reificação, da arte, da cultura, dos meios de produção humana, ou seja, a reificação da vida. Essa consciência dilacerada do atraso nos possibilita entender que todas as promessas que nos foram feitas de um progresso de nação, na verdade é o mais irreversível regresso, ou seja, a condição do progresso foi o atraso.

Resistir a reificação é difícil, o nosso mundo vive a barbárie, mas não podemos esquecer que a própria literatura foi forjada nesse cenário bárbaro e periférico e só conseguiu se constituir enquanto sistema literário nacional a partir do momento que refletiu sobre si apontado as contradições e superando-as.

Neste contexto, a produção da arte literária começa a ter uma importante função, revelar as contradições vividas por nossa sociedade. Hoje na região amazônica, por exemplo, temos diversas obras literárias que retratam a região, rompendo com a visão naturalista exacerbada e revelando o subdesenvolvimento, os conflitos territoriais causados pela mineração e o caos social, político e econômico. Obras de desmitificação das representações da Amazônia construídas pelos cronistas viajantes do século XX os autores em suas obras mostram uma Amazônia, natural, descreveram uma região em que a natureza reina sobre todas as questões da terra. Muitas dessas narrativas são construídas historicamente para exaltar uma natureza, até mesmo de forma hiperbólica, mostrando as grandezas que a terra criou. Esse tipo de narrativa segundo José Guilherme Fernandes (2008), é considerada uma hipérbole amazônica.

[...] isto é, que a região em tudo é desmesurada, com a exuberância da floresta e a portentosidade de seus cursos d'água contrastando com a pobreza de seu habitante e modéstia de seu modo de vida, narrativa essa que remete a um sentido de inesgotabilidade do espaço amazônico (visão dos primeiros cronistas). (Fernandes , 2008, p.67)

No entanto, existem outros olhares e paisagens da Amazônia que são distintas e desconstruem a ideia de uma Amazônia feita apenas de uma natureza exorbitante. Essa visão mostra o que está invisível, isto é, mostra as contradições existentes na Amazônia. Essa visão aparece na construção de narrativa “que é a narrativa da antítese amazônica”.

[...] isto é, as histórias individuais do nativo da região, oriundos das populações tradicionais e periféricas, em conjunto de intersubjetividade que nos leva ver uma outra realidade cultural amazônica, não mais o do caboclo indolente e preguiçoso, mas é do homem que “pega no pesado”, que vive num ambiente duro, ambiente que só é exuberante não aparecia e aos olhos de quem está atrás da filmadora e da máquina fotográfica (Fernandes, 2008, p. 68)

Esse tipo de narrativa nos mostra que Amazônia é plural e diversa, está presente a heterogeneidade, a região é uma pluralidade onde acontecem diversos fenômenos de contradições sociais, econômica, culturais, políticas, religiosas, ou seja, essa região é composta por homens e mulheres, indígenas, quilombolas, sem terras, posseiros, garimpeiros, é uma região em plena disputa territorial e esse processo tem sido sistematizado por alguns escritores locais. Pois conseguem a partir da arte literária revelar um território em contradições e disputas territoriais.

Este trabalho artístico que trata dos dramas e conflitos sociais pode ser considerado como uma obra engajada com o social, no entanto, o social vai emergir da própria estética da obra literária.

Para reflexão sobre a arte e o engajamento social do artista, refletiremos com o Konder, que aponta a arte como processo social e político indissociável da vida, pois aponta os problemas da sociedade, nesta perspectiva, o escritor não produz uma obra desraigada da vida dos sujeitos.

O artista produz no interior da sociedade, comunica a sua criação a outras pessoas e influencia ativamente o movimento da história, ajudando a transformar, por seu trabalho, a situação social, o quadro das relações entre os seus contemporâneos (Konder, 2013, p. 117).

A arte, para o filósofo húngaro, não poder ser um processo neutro, pois representa os conflitos humanos, as mazelas da sociedade e os conflitos territoriais, destaca que a obra de arte ajuda a transformar, pois tem uma função humanizadora.

O teórico György Lukács também traz para o debate a arte e a literatura como processo de transformação e de integridade humana, apontando que toda boa arte deve revelar a vida e suas contradições.

Ao dar forma a indivíduos e situações particulares, o artista desperta a aparência da vida. Ao dar-lhes forma de indivíduos e situações exemplares (unidade do individual e do típico), ao fazer diretamente perceptível a maior profusão possível das determinações objetivas da vida com traços particulares de indivíduos e situações concretas, se origina seu “mundo próprio”, que é reflexo da vida em seu conjunto animado, da vida como processo e totalidade, precisamente porque reforça e supera em seu conjunto e seus detalhes o reflexo ordinário dos sucessos da vida (Lukács, 1966, p. 24).

Nesta perspectiva a literatura, a arte e a poesia, possuem uma função de extrema relevância, revelar as contradições vividas pelos homens em sociedade, fazendo-os compreender o outro e si mesmo. E essa perspicaz da arte literária desmascara as ideologias capitalistas de exploração e expropriação pelo capital.

O triunfo do realismo significa aqui – além do que foi dito – um discernimento poético do fetichismo capitalista. Se um escritor como Tolstoi vê a exploração como exploração (quaisquer que sejam seus pontos de partida ideológicos, suas justificativas, suas limitações econômicas, etc.), vê a relação entre latifundiário e servo, entre capitalista e trabalhadores, entre credor e devedor como uma relação social concreta entre homens. E desta maneira, quando representa esta relação com veracidade, não só quebra a aparência fetichizada da superfície da realidade capitalista, como também ao mesmo tempo desmascara todas as ideologias que estão na base deste fetichismo, e que o mantém fixo nas mentes dos homens. Por isso, o ponto decisivo para descobrir onde uma ideologia é prejudicial e arriscada para a produção do escritor, é aquele em que ela oculta esta essência da realidade, em que obstaculariza ou perturba uma abordagem objetiva, imparcial dos fatos da vida, em que contribui para que as categorias fetichizadas do capitalismo sejam confundidas com a própria vida (Lukács, 2011, p. 175)

LUKÁCS traz à tona a importância da arte para a luta de classe numa perspectiva de transformar a sociedade, contudo, aparência e essência são indissociáveis na construção do texto literário, é um processo dialético, artístico e contraditório. O artista por sua vez deve emergir da sua arte a representação da vida real para transformá-la.

Esta poesia é a poesia dos homens que lutam, a poesia das relações inter-humanas, das experiências e ações reais dos homens. Sem essa poesia imanente não pode haver narrativa autêntica, não pode ser elaborada nenhuma composição épica apta a despertar interesses humanos, a fortalecê-los e avivá-los. [...] O homem quer obter na literatura narrativa a imagem clara da sua práxis social (Lukács, 2010, p. 164).

O autor traz para centro do debate a função do escritor e o seu papel artístico, político e social. Um escritor que possua as habilidades humanas e sociais capazes de refletir sobre a vida cotidiana, e provocar a elevação da autoconsciência dos

sujeitos, as contradições vividas e provocadas pelo mundo capitalista, as relações entre oprimido e opressor. Estas são as principais bandeiras de luta do crítico literário, da voz e vida aos oprimidos pela ótica da arte literária, é uma teoria que reflete a essência humana revelando as contradições e criando possibilidades de superação. Trazendo ser o humano para centro dos processos e na luta contra a reificação da humanidade rompendo o paradigma do fetiche da mercadoria.

Para compreender esses conflitos da vida e as disputas territoriais pela ótica literária é imprescindível fazer uma abordagem literária e geográfica também, tendo em vista a importância da geografia em compreender e revelar as contradições e conflitos de um território, por sua própria natureza, pois a condição histórica da geografia está relacionada ao seu papel de compreender o mundo como processo em contradições sociais, políticas, territoriais, culturais, históricas e econômicas, neste sentido, os estudos geográficos são de suma importância para compreensão das contradições existentes na humanidade, e ao revelar essas contradições, formar a criticidade dos sujeitos tornando-os capazes de fazer intervenção para compreender e mudar a sua própria realidade:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar (Santos, 2002, p. 9).

Esses dramas apontados por Milton Santos são materiais para produção literária e elementos de suma importância para análise deste trabalho, os dramas sociais, políticos e econômicos fazem parte dos conflitos territoriais na Região de Carajás e servem de inspiração, denuncia, criação, produção e reprodução da vida através da literatura.

É impossível discutir e compreender a sociedade fora de um contexto geográfico e territorial, pois é a partir deste contexto que as relações de poder, as relações sociais, a economia, e a cultura estão manifestadas nas suas mais diferentes formas. Nesta perspectiva, o indivíduo e a sociedade serão determinados pelo contexto geográfico e territorial que esteja inserido.

A imposição da geograficidade tem um conjunto de razões. Uma razão do uso cada vez mais amplo do conceito de território pode ser compreendida pelo claro argumento: “não há como definir o indivíduo, o grupo, a

comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, 'territorial' (Haesbaert, 2004, p.20).

Nesta perspectiva os sujeitos são históricos, políticos e sociais, pertencentes a um contexto geográfico. Outro importante autor que aborda as questões geográficas e territoriais é, Bernardo Mançano Fernandes e trata as categorias território e desterritorialização, para ajudar a reflexão sobre os conflitos e disputas territoriais, debate imprescindível para compreensão dos escritos literários analisados, o avanço do capital e da mineração na região estudada na perspectiva de desterritorialização do campesinato, para Fernandes 2012:

Essa miséria é gerada cotidianamente pelas relações capitalistas, que, depois de se apropriarem da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, também se apropriam de seu território. Ao perder a propriedade, seu espaço de vida, seu sítio, sua terra e território, a família camponesa é desterritorializada. Como reação a esse processo, ocorrem a luta pela terra e as ocupações, na tentativa de criação e recriação da condição camponesa: campesinato e território são indissociáveis, e a separação entre eles pode significar a destruição de ambos [...]. Criação e recriação significam territorialização e reterritorialização do campesinato, ao passo que a destruição significa a sua desterritorialização. É na formação que acontece a territorialização do campesinato. Desde as lutas das Ligas Camponesas até as lutas do MST, por exemplo, pela conquista de frações do território brasileiro que denominamos de latifúndios, lutas nas quais algumas dessas frações são transformadas em assentamentos, acontece a formação do território camponês. Simultaneamente a esse processo de formação e territorialização do campesinato, muitas famílias camponesas são expulsas, expropriadas, ou seja, são desterritorializadas. (Fernandes, 2012, p. 747-748)

O autor faz uma profunda reflexão sobre as disputas territoriais, capital e luta de classe, a partir destas categorias geográficas, geografia e arte literária se entrelaçarão para a construção desde enredo amazônico.

A função da poesia tem sido importante tema de debates da teoria literária, esta arte por sua vez, transcende a vontade do criador, revelando as contradições da sociedade ou até mesmo apontando saídas para superar essas contradições. Por sua vez, essa arte tem um poder ideológico, que através da arte das palavras, é capaz de inculcar valores, percepções e formar consciência.

No entanto, a poesia tem mudado de face através de séculos e séculos de civilização. As condições em que vivem os povos ou os grupos de uma sociedade não são constantes. O trabalho do Homem foi gerando uma consciência do seu lugar entre os seres da Natureza e os seus semelhantes. A realidade originária, pré-categorial, que era apreendida como um todo vivo pelos mitos, pelos ritos e pelos cantos primitivos, começa a ser repartida, classificada e, com isso, conotada pelos valores dominantes em cada formação social. Surgem os pontos de vista que servem de anteparo entre o homem e as coisas ou os outros homens. A ideologia, que é uma percepção historicamente determinada da vida, passa a distribuir valores e a esconjuram antivalores, junto à consciência dos grupos sociais (Bosi, 2000, p. 117).

Nesta perspectiva, muitos poetas, forjados no seio da luta de classe por exemplo, trazem em sua poesia as vivências, as angústias, a denúncia na tentativa da mudança da realidade.

No poema “A montanha foi moída” de Charles Trocate, o poeta através da arte literária faz uma crítica ao processo de exploração mineral em Carajás, apontando as contradições vividas pelos povos dessa região. O autor traz em sua poesia duas importantes questões, a exportação do minério, e a miséria que fica nesse território, revelando contradições imprescindíveis para entendermos a realidade desse território.

Aqui o autor traz para o cenário um debate discutido pela teoria da dependência em que aponta essa relação discrepante da exploração de países do “centro” com países **periféricos**, uma relação história e econômica.

Por mim espalharás no papel o jejum das palavras
 Este gesto breve até o amor
 Dele a luz tempera o indivisível Como é natural
 Vou pela rua e chego assim para o que sou Se resvalo um
 anjo de aço sai de mim Apalpa o solo revista a vida.
 E as rugas (única verdade) Pesam neste
 gesto

A montanha foi moída
 E é serpente morta no calabouço dos navios. Levam-na
 assim: como quem rouba pergaminhos A misturar-se já
 com outro tempo.

Fica-nos a mandíbula Uma certeza
 falsificada e o sol empoeirado sobre as
 infâncias É só!

A fibra densa faz o nó E hoje sou
 minério o chão que piso cansou do
 império! Mas sigo
 A troar passadas a engasgar goelas! (Trocate, 2018, p. 109)

Outra questão que está nas entrelinhas da poesia do autor é a luta dos movimentos sócio territoriais que estão presentes nessa região e que lutam contra o projeto hegemônico de dominação do capital em especial o MST e o MAM.

As marcas da exploração mineral exacerbada estão latentes na poesia, a riqueza é levada para fora do país e o que fica aqui são as mazelas, as contradições e a pobreza. O autor destaca o modelo de expansão do capital e exportação das riquezas minerais, bem como expõe a ferida aberta que este processo traz.

Ao mesmo tempo que revela o processo de exploração das riquezas existentes nesta região a escrita do poeta revela as forças sociais presentes também, faz como

se o chamamento para luta “O chão que piso cansou do império!” esse cansar do império é apontar uma outra perspectiva, não existe só mineração neste território, existem camponeses que produzem alimentos, produzem cultura, arte e conhecimento. Neste trecho do poema cai por terra a hegemonia da mineração, ou seja, existe outros caminhos, e são os trabalhadores deste lugar que devem apontar com suas vozes e suas lutas esse caminhar.

As entranhas da terra
Cansadas de serem violadas
Pelo discurso
Pelo vácuo dos arames
Estão abertas!
A vida viril
Deitou-se honesta
E lá sangra o grito dos despossuídos
Porque a ave gravital
É estrume
E a mão camponesa acena
Sua Hora! (Trocate, 2002, p. 59).

A literatura denuncia como a firma Antônio Candido, nesta perspectiva, Charles Trocate, traz em sua poesia um problema social latente nos territórios de implantação dos projetos de mineração, marcas fortes que é a exploração sexual de jovens e adolescentes nos vilarejos aos arredores dos alojamentos dos trabalhadores.

Durante a implantação de seus projetos os territórios de mineração são ocupados por centenas de trabalhadores, então, a paz que outrora pairava sobre esses lugares, é sucumbida por este processo. Acontecem o inchaço populacional e por consequente problemas sociais gravíssimos.

A poesia do Poeta, traz as disputas de projetos que estão nas entrelinhas na construção do poema do autor, “sol empoeirado sobre as infâncias” podem trazer também que projetos estão postos para as crianças e jovens nesta região. A mineração para tentar minimizar os impactos da exploração e de algumas maneiras trazer compensação social para as comunidades tem entrado parta dentro das escolas e discutido seu projeto para região, trazendo a mineração como modelo sustentável e rentável para a juventude, fomentando ideologicamente este projeto, os movimentos sócio territoriais desta região como MST e MAM por sua vez também apresentam projetos pautados da agricultura numa outra matriz econômica que não é a mineração, pois é um recurso finito, mas discutem a relação do sujeitos com a terra numa perspectiva da soberania desses povos.

Para Giselda Coelho
 Caminho Incisivamente caminho,
 Guardo resultados tão enormes dos passos
 Caminho com o meu tumulto
 Toda obrigação Síntese da fé
 Exulto na multidão o coração aberto patamar
 Estendo-me solidariamente já nem sei morrer
 Nem noticiar tristezas
 Exílio e precárias perguntas
 Meu grau de fantasia caminha
 Sem cansaço circula sobrenome sim
 Úmida de realidade
 Porção de utopia. (Trocate, 2007, p. 103).

No poema do autor o mesmo traz um importante apontamento crítico sobre o modelo de exportação do minério nessa região e alerta que toda essa riqueza será roubada de nós. Charles Trocate é militante do Movimento pelos atingidos pela mineração-MAM, este movimento dos últimos anos tem lutado contra esse modelo de exploração mineral nesta região e por isso sua poesia não consegue desvencilhar a arte da luta. A arte do poeta traz uma perspectiva que esse modelo está fadado ao fracasso, a barbárie, o que será deste território quando o minério acabar, nesta insistência de denunciar, o mesmo também traz outras saídas para este território, o povo precisa ter outro projeto de vida e de subsistência, e não é outro que não seja a agricultura e subsistência da terra, ora ocupada por trabalhadores rurais sem terras e outros camponeses que ocupam esses territórios em disputa.

Borboleta de ferro
 Aliás
 Quem não sabe não
 [sabe!
 Já perguntei o país e
 Vejo tudo o que é incolor não sei ser outro
 Defrontei - me com o púlpito O que digo cresce em algum
 [lugar?

Ando poema
 Não troco de roupa nem vou à livraria me
 [conformar.
 Esqueci nomes

Na embalagem de açúcar
 Apressei o passo que desconfio sim O rumo que sugeres
 Estas iguarias sem
 [selo!

Na inclinação do meio dia Muito mais do que interrogação
 [devota
 Apenas sugiro O trato.
 Ser lugar de horas esparsas no rosto dos
 [impávidos.

A ti digo
 Cidade minha dos meus camaradas q̄sorriem num
 [campo
 Palmares
 Enorme farândola de olhos Desobedientes.

Só tenho
 Uma maneira de amar p̄to mundo na
 garganta
 Piso sem misericórdia O chão (Trocate, 2018, p.110).

A poesia de Charles Trocate é uma arte engajada com o social traz que traz para o debate questões de categorias de estudo que abrangem a geografia, estudos imprescindíveis para análise e compreensão da sociedade, do espaço, do território, das relações sociais e conflitos sócio territoriais. Esses estudos estão ligados intrinsecamente e discorrem sobre temas que revelam as contradições sociais de nossa sociedade.

É desgoverna a saída?
 É ferir a ferida?
 Passar a febre sentida?
 Abdicarei teses hoje forcas
 Simplórias diante do sim e do não
 Se me inverno não leve a mal
 Ó noite navegável Inventarei o solo e o suor
 No coração me entrego aos caos:
 É a fronteira esmagada
 Um bosque de solidão! (Trocate, 2015a, p. 36)

Refletir sobre território, desenvolvimento territorial e movimentos sócio territoriais, através da arte literária é uma tarefa que tem sido revolucionária na vida do autor, pois é nas entrelinhas da sua poesia, na dialética poética, que nos faz entender a sociedade na sua complexidade apontando as contradições, econômicas, políticas, sociais, socioambientais e culturais. Tendo um pano de fundo relações de poder, e disputas de projetos hegemônicos e contra hegemônicos que formam o território de Carajás.

Outrora - Para Sandro Barbosa

Sou assombro aos olhos dos imbecis
 Porque sou de carne e alarme
 Que bom que seja
 O cão que há em mim fareja

O bicho burguês/ Que há em vocês!
 Divido-me e não há o que esperar
 Parte estou, parte não estou
 Não descansarei a vida que tenho
 Em rimas tristes nem esperarei pela sorte
 Ao olho nu quero um norte!
 Agora alguém quer meu coração inchar?
 Mais o expulsarei do paraíso
 Com a árvore que levo à mão vergá-lo-ei pela garganta
 Até desiludi-lo do tempo com minha pancada: Lamento! (Trocate, 2007, p. 70-71)

Na sua poesia é perceptível que a construção de um território é determinada pelas relações sociais, movimento histórico e dialético de uma sociedade. A necessidade de criar territórios é uma condição inerente a da humanidade, ou seja, os seres humanos tem latente a necessidade de criar seus espaços e territórios na perspectiva de garantir a existência e a continuidade das gerações. Mas esse processo tem sido conflituoso:

Os dias estão difíceis - Para João Paulo Santos
 Os dias estão difíceis e não há reparação nisso.
 Emoldurado no tempo dispense a morte
 Cavo nos olhos da política a palavra [desagradável].
 Sem culpa enfrento com poesia a estupidez
 Até expor emoção sem reclamar.
 Hei-la repartir entre nós A tática da permissão,
 num abraço a quem quiser Ser a carne que brame no sepulcro
 E como deve satisfazê-lo (...) irremida voz desdizendo a fome.
 Arrasto do mar a lírica
 Na noite condense o patamar
 O grito suado na garganta e a fé indelével irrompe corpo
 e ideia e sugiro fogo na nostalgia
 Na conjuntura assaz que (permito) coração [pulsar! (Trocate, 2007, p. 31).

A sua arte revela, que “*pulsar*” é possível em meio as adversidades das lutas e ao mesmo tempo o poema aponta, pela ótica das relações de poder da sociedade, as disputas de projetos e interesses socioeconômicos, que permeia essa região, não podemos dizer por exemplo, que o território camponês é comum ao território de mineração, são duas categorias que construíram suas relações a partir de interesses que revelam os anseios de cada sujeito envolvido nesse processo. O território

camponês, por exemplo, é construído a partir das relações que os camponeses estabeleceram ao longo da história, envolvendo a luta pela terra, a subsistência, fortalecimento da agricultura familiar, luta contra os projetos neoliberais e produção orgânica, tendo como referência a luta histórica dos trabalhadores do campo e os movimentos sociais, a vida e a biodiversidade. No que tange o projeto de território da mineração, essa categoria é fundamentada pelo grande capital internacional, exportação de commodities é um projeto hegemônico de dominação e de desterritorialização dos camponeses da terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tessitura do meu processo formativo tem sido uma conquista coletiva, da minha família, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da comunidade que represento. Toda minha formação acadêmica tenho dedicado aos trabalhadores que tiveram suas vidas ceifadas na luta pela terra deste nosso país. Minha história de vida está intrinsecamente ligada a vida no campo e suas contradições.

Hoje atuo como educador do campo, sou gestor de Escola de Ensino médio de nosso Assentamento. Trabalho com diversos jovens e adultos do campo, nosso maior desafio tem sido continuar a pedagogia do Movimento Sem Terra em um assentamento cercado pela mineração e interesses do capital. O trabalho tem sido constante, pois existem dois projetos em jogo bem latentes no nosso cotidiano. A educação do campo e o fortalecimento das práticas pedagógicas contra hegemônicas e o projeto de expansão mineral neste território que afeta diretamente a educação e a juventude, pois representa ideais totalitários e de exploração. Nesta perspectiva, essa disputa tem perpassado pelo currículo escolar, temos nos reinventado e sido subversivo, na perspectiva de apresentar para juventude que vive nesta região, marcada fortemente pela exploração mineral, que não existe só esta possibilidade de trabalho e geração de renda, mas que o campo, o lote conquistado pelas famílias é lugar de vida e de construção de conhecimento.

Através da pesquisa, da ação e da reflexão, a escola tem ajudado a juventude a pensar alternativas contra hegemônicas da reprodução da vida, o trabalho com a agroecologia, a diversificação da produção nos lotes agrícolas e principalmente discutir com os jovens a questão mineral como uma saída finita e de grande degradação da natureza com prejuízos ambientais, sociais, políticos, culturais e econômicos. Como professor pesquisador, a escola tem sido um território de construção de conhecimento contínuo, como aluno ajudei na construção dos primeiros passos da história da educação em nosso assentamento e hoje assumo a tarefa formativa de conduzir coletivamente a educação de nossos jovens. Este trabalho tem nos ajudado a compreender que a arte literária tem sido importante para nossa luta, o poesia de Charles Trocate tem revelado, que neste território existem dois projetos em disputa, ou seja, o desenvolvimento territorial sobre duas vertentes: campesinato e grande capital de mineração, o desenvolvimento territorial acontece de acordo os interesses, nesta perspectiva existe latente uma luta de classe, de uma lado o capital

com seus projetos de expansão e expropriação das riquezas (terra, mineração, natureza, água...) projetos de dominação hegemônicos e do outro camponeses que produzem sua subsistência da terra pautando sempre um projeto de vida contra hegemônico, relação com a natureza, com a terra, não como mercadoria, mas como bem comum da humanidade.

A dialética na poesia pincela os enfrentamentos que os movimentos socio territoriais em especial o MST e MAM, indígenas e trabalhadores rurais, sem terras e camponeses, tem construído, marcam a história da luta pela terra como movimento dialético de construção e consolidação de um território de luta e conquista. A criação de um assentamento, por exemplo, em meio a mineração é um enfrentamento claro ao sistema capitalista de apropriação da terra e do latifúndio, esses movimentos sociais, camponeses e movimentos sindicais tem construído historicamente seus territórios de luta e resistência, trazendo a história, a cultura, o modo de vida como reinvenção e consolidação deste território de luta e democratização da vida.

Na sua poesia o poeta traz o conceito de território como um bem imaterial, que traz consigo a cultura, a história, a arte, o modo de vida, as formas de enfrentamento de existência e resistência de um povo. Em se tratando do homem do campo, podemos salientar que seu modo de vida é uma afronta ao grande capital, se colocar por exemplo, contra o agronegócio, mineração, monocultivo em favor da produção de alimentos saudáveis, defender a agroecologia, a agricultura solidária e familiar é em suma, ter lado na história e defender um projeto de soberania alimentar para continuar sendo trabalhador do campo.

O desenvolvimento territorial pregado pelo grande projeto Carajás tem ligação íntima com expropriação da natureza, da terra e das comunidades rurais para expansão exacerbada dos projetos neoliberais. O Progresso apresentado por esses grandes projetos coloca em xeque a vida, usam um discurso de avanço tecnológico e inovação na produção em grande escala, é um “progresso” que representa o mais cruel e irreversível regresso, assim, a condição do “progresso” é o atraso.

Em suma, a arte se faz vida e resistência quando revela as contradições vividas por um povo em territórios em disputa, temática abordada que nos levam a reflexão da relevância política e social que tem esses estudos para o aprofundamento, conhecimento e fortalecimento da luta por igualdade social dos povos, principalmente pela democratização da terra e consolidação de territórios de resistência. Todo esse

movimento é uma construção histórica trazendo contradições que colocam o homem numa relação indissociável com a natureza e o espaço geográfico, seja para a expropriação ou dominação, seja para a preservação e cuidado com a vida e a continuidade das gerações.

Charles traz em sua poesia a vida e a relação com a natureza como um bem inalienável e inegociável, que os povos tem direito de viverem livres nos territórios campestres, resistindo, combatendo e construindo sua própria história, bem como revela as dificuldades da luta, mas sem perder as esperanças de um coração que pulsa pela liberdade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. M. R.; CARMO, E. D.; HENRIQUES, A. B. Agronegócio e mineração na amazônia paraense: populações tradicionais e racismo ambiental. **Ciência Geográfica**. Bauru - XXVII - Vol. XXVII - (2): Jan/Dez – 2023. p. 788-817. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVII_2/agb_xxvii_2_web/agb_xxvii_2-24.pdf Acesso em: 15 dez. 2023.
- BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. São Paulo, Companhia das letras 2000.
- CALDART, R. S. Sobre a especificidade da Educação do Campo e desafios do momento atual. Porto Alegre, julho de 2015. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/verProducao?idProducao=280289&key=072c077c4aef39fe4f804ac7eeb654bc> Acesso em: 20 jan. 2024.
- CALDART, Roseli Salete - EDUCAÇÃO DO CAMPO: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64, mar./jun.2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tes Acesso em: 20 set. 2023.
- CANDIDO, Antônio. 1995. O direito à literatura. In: —. Vários escritos. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades.
- CANDIDO, Antônio. A literatura e a formação do homem. In: Textos de intervenção. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002
- CANDIDO, Antônio. Direitos Humanos e literatura. In: A.C.R. Fester (Org.) Direitos humanos E... Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.
- CANDIDO, Antônio. Educação pela noite e outros ensaios São Paulo: Ática, 1987. p. 163 -180: Literatura de dois gumes.
- CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- CUNHA, Renata Barrichello, PRADO, Guilherme do Val Toledo, **Sobre o (RE) conhecimento da pesquisa do/a professor/a**. Editora alínea 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual / Bernardo Mançano Fernandes organizador--1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In. Campesinato e Territórios em Disputa / organização Eliane Tomiasi Paulino, João Edmilson Fabrini. – 1.ed. – São Paulo: Editora Expressão popular, 2008.
- FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. de C. J.; ARAUJO, E. R.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Literatura brasileira de expressão amazônica, literatura amazônica ou literatura da Amazônia? In: MOARA. Revista da Pós-Graduação em Letras da UFPA. Belém: CLA/UFPA, 2005.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREDERICO, Celso. LUKÁCS: o caminho para a ontologia. Revista Novos Rumos, Marília -SP nº 48, 2022.

FREDERICO, Celso. A arte em Marx: um estudo sobre Os manuscritos econômico filosóficos. Revista Novos Rumos, ano 20, nº 42, 2005.

FREDERICO, Celso. A arte em Marx: um estudo sobre Os manuscritos econômico filosóficos. Revista Novos Rumos, ano 20, nº 42, 2005.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988. 80 p.

GERALDI, João Wanderley. (orgs.). O texto na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.

KONDER, L. Os marxistas e a arte. São Paulo: Expressão popular, 2013.

LUKÁCS, Geörgy. Estética 1 – La peculiaridad de lo estético. Barcelona: Ediciones Grijaldo, 1982.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

MEIRA, Iranete de Araújo. **Problematizando a educação no campo: (im) possibilidades de inter (ação) escolar em área de mineração em Boa Vista/PB.** Orientador: Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20002?locale=pt_BR Acesso em: 22 jan. 2024.

MENDONÇA, C. M. S. **Escola do campo e juventude sem terra na luta pela educação do campo e pela reforma agrária popular: o caso da Escola Municipal Conrado Pereira no Maranhão.** Orientadora: Profa. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. São Paulo. 2023.

Mineração : realidades e resistências / Murilo da Silva Alves, Karine Gonçalves Carneiro, Tatiana Ribeiro de Souza, Charles Trocate, Marcio Zonta (orgs.). — 1.ed. —São Paulo : Expressão popular, 2020.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**. Viçosa. v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/download/6809/2772/29275> Acesso em: 20 jan. 2024.

MST. Princípios da Educação no MST. **Caderno de formação**. n. 8. São Paulo, 1996. O que queremos com as escolas de assentamentos. Caderno de formação n.18. 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela. 2004

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Território. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994;

SANTOS, Milton Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996 a.

SANTOS, Theotônio dos. Brasil: la evolución histórica y la crisis del milagro económico. México-DF: Ed Nueva Imagem, 1978.

SCHWARZ, R. A Originalidade da crítica de Antônio Candido. In: Novos Estudos CEBRAP, nº 32, março, 1992.

SCHWARS, Roberto. “Pressupostos, salvo engano”, de “Dialética da Malandragem”. In: Que horas são? São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**/ 2. ed- São Paulo, 2004.

TROCATE, Charles. Ato Primavera. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROCATE, Charles. Bernardo – meus poemas de combate. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROCATE, Charles. (org.) Iguana: Reflexões Amazônicas. Nº 1. Marabá/PA: Editorial Iguana, 2015b.

TROCATE, Charles. 1993. Marabá/PA: Editorial Iguana, 2015a.

TROCATE, Charles. **Poemas de Barricadas**. Marabá : Gráfica e Editora Perez Ltda. 2002.

TROCATE, Charles. **Quando as armas falam, as musas calam?**. Marabá : Editorial Iguana. 2017.

VILLA VERDE, R. B. R; ALAMINO, R. C. J; FERNANDES, F. R. C. Os desafios da extração mineral na Região Norte em prol do desenvolvimento socioeconômico. In: